

## MUNICÍPIO DE PENELA

ACTA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PENELA  
Realizada no dia 23 de Abril de 2007

Acta n.º 9/2007

----- No dia vinte e três de Abril de dois mil e sete, na vila de Penela, edifício dos Paços do Concelho e Sala das Sessões da Câmara Municipal, reuniu esta, sob a Presidência do Excelentíssimo Senhor Eng.º Paulo Jorge Simões Júlio, estando presentes os Senhores Vereadores Eng.º António Manuel Mendes Lopes, José Carlos Fernandes dos Reis, Dr. Luís Manuel Francisco Filipe e António José dos Santos Antunes Alves. -----

### ORDEM DE TRABALHOS

#### ORDEM do DIA

1. Regulamento do Concurso “Concelho a Florir” – Aprovação
2. Valorização da Entrada Sul da vila de Penela – Acordo de colaboração
3. Contas Finais da Gerência de 2006:
  - 3.1 – Balanços, Demonstração dos Resultados e Execução Orçamental – Análise e votação
  - 3.2 – Execução do Plano Plurianual de Investimento – Grandes Opções do Plano e Actividades mais relevante - Análise e votação
  - 3.3 – Outros documentos da prestação de contas – Análise e votação
  - 3.4 – Relatório de Gestão – Apreciação, discussão e votação

----- Sendo nove horas o Senhor Presidente declarou aberta a reunião, entrando-se na apreciação dos assuntos constantes da ordem de trabalhos; -----

----- **FINANÇAS MUNICIPAIS:** - Foi presente o Resumo Diário da Tesouraria número setenta e sete o qual apresenta os seguintes valores: **SALDO EM DOCUMENTOS: - vinte seis mil oitocentos e quarenta e sete euros e noventa cêntimos; SALDO EM OPERAÇÕES ORÇAMENTAIS: - cento e cinquenta e três mil quatrocentos e oitenta e sete euros e sessenta e um cêntimos; SALDO EM OPERAÇÕES NÃO ORÇAMENTAIS: - cento e oitenta e seis mil quatrocentos e quinze euros e trinta e nove cêntimos.** -----

----- A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

**1. REGULAMENTO DO CONCURSO “CONCELHO A FLORIR” – APROVAÇÃO:** Pelo senhor Presidente foi dado conta do regulamento do concurso “Concelho a Florir”, explicando tratar-se de uma acção dirigida sobretudo às sedes de freguesia. -----

Pelo senhor Vereador Mendes Lopes foi sugerido a atribuição de um “documento simbólico”, da participação dos munícipes bem como a presença de um representante da Região de Turismo do Centro no júri do concurso, tendo a mesma sido aceite. -----

Face ao exposto, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o teor do Regulamento que a seguir se dá por transcrito: -----

1 – O concurso “**Concelho a Florir**” tem como objectivo apelar ao sentido estético dos cidadãos e ao seu espírito comunitário para que através de um esforço conjunto, dos habitantes e da Autarquia, o Concelho esteja mais embelezado;-----

2 – Os destinatários desta actividade são todos os residentes nas Sedes de Freguesia: Penela (Santa Eufémia e São Miguel), Cumieira, Espinhal, Podentes e Rabaçal; -----

3 – É vedada a participação a qualquer membro do Júri ou seu familiar directo; -----

4 – A inscrição é gratuita e implica a aceitação integral deste Regulamento;-----

5 – As inscrições deverão ser efectuadas no Posto de Turismo ou nas Juntas de Freguesia, até ao dia 10 de Maio de 2007;-----

6 – A composição das floreiras será da responsabilidade de cada participante, ficando à imaginação de cada um a decoração das fachadas;-----

7 – A selecção decorrerá durante o mês de Junho e os resultados serão divulgados nas festas do Município (Setembro)-----

8 – Até à data limite para as inscrições será constituído e divulgado um Júri por cada freguesia, designado pela respectiva Junta e composto por três ou cinco elementos, a que cabe a classificação dos concorrentes tendo em consideração os seguintes critérios: -----

- Riqueza e harmonia de cores da vegetação; -----

- Percentagem de floração; -----

- Enquadramento na arquitectura do edifício em causa;

9 – Aos três primeiros classificados de cada freguesia serão, pela respectiva autarquia, atribuídos os seguintes prémios:-----

Prémio	Valor
1º	75 €
2º	50€
3º	25€

10 - Os classificados em primeiro lugar em cada freguesia serão avaliados por um júri concelhio composto por três elementos – um do Município, um da Região de Turismo do Centro e um da FLOPEN – que procederá à respectiva classificação em observância dos critérios indicados em 8;-----

11 – Aos três primeiros classificados serão atribuídos, pelo Município, os seguintes prémios:-----

Prémio	Valor
1º	150 €
2º	100 €
3º	50 €

12 – O Júri reserva-se o direito de não atribuir todos os prémios;-----

13 - As decisões de cada um dos Júris são soberanas, não admitindo recurso ou reclamação;-----

14 – A divulgação dos resultados das freguesias e do Concelho será efectuada através de aviso publicado na página oficial do Município e afixado nas Juntas de Freguesia e nos Paços do Concelho;

15 – A cada participante será oferecido, pelo Município, um prémio de participação;-----

16– Todos os participantes autorizam que as respectivas habitações sejam fotografadas no âmbito do presente concurso;-----

17 – As dúvidas e omissões do presente regulamento serão esclarecidas pela Entidade Organizadora.

**2. VALORIZAÇÃO DA ENTRADA SUL DA VILA DE PENELA – ACORDO DE COLABORAÇÃO:** Tendo em conta a necessidade da valorização da entrada Sul da vila de Penela, que há muito “pedia” uma intervenção que a dignificasse, foi pelo senhor Presidente explicado o teor do acordo celebrado com o proprietário daquele terreno, que a seguir se dá por transcrito:-----

Proposta de Acordo de Colaboração

**Valorização da Entrada Sul**

Considerando que a valorização da entrada sul da vila de Penela é fundamental para a dignificação do Concelho e da sua sede;

Considerando que esta valorização implica o arranjo urbanístico do talude que encima o muro de suporte situado à direita de quem se dirige para a Fonte Nova ;

Considerando que qualquer intervenção no referido talude, sendo propriedade privada, carece de autorização do respectivo proprietário;

O Município de Penela, adiante designado por Município, Pessoa Colectiva nº 506778037, e a FAMOPE – Fábrica de Móveis e Carpintaria Penelense, Lda, com sede na Fonte Nova, vila e Concelho de Penela, Contribuinte Fiscal nº 501985581, adiante designada por Famope, acordam na celebração do presente acordo de colaboração, regido pelas cláusulas que se seguem:

**Cláusula Primeira**

**(Objecto)**

O objecto do presente protocolo é constituído pelo direito de utilização do talude superior ao muro de suporte da entrada sul, com a área de 850 m2, propriedade da Famope.

**Cláusula Segunda**

**(Obrigações do Município)**

O Município obriga-se a:

1. Usar o espaço identificado na cláusula 1ª apenas para embelezamento da entrada sul da vila de Penela;
2. Zelar pela sua preservação, conservação e protecção nos exactos moldes dos restantes espaços verdes do Município;
3. Responsabilizar-se por todas as despesas directamente decorrentes dos trabalhos de arranjo urbanístico do espaço e respectivas operações de manutenção e renovação;
4. Não dar qualquer outro uso ao referido espaço.

**Cláusula Terceira**

**(Obrigações da Entidade Privada)**

A Entidade Privada obriga-se a:

1. Autorizar o Município de Penela a proceder ao arranjo urbanístico do talude referido na cláusula 1ª;
2. Não exigir qualquer contrapartida, de natureza pecuniária ou outra, pela autorização objecto do presente acordo;
3. No caso de eventual transmissão da propriedade, dar conhecimento da autorização objecto do presente acordo à entidade adquirente.
4. Prescindir de todo e qualquer direito de posse, propriedade ou de retenção sobre os equipamentos, materiais e espécies vegetais que ali venham a ser colocados pelo Município no âmbito da manutenção e conservação do espaço.

**Cláusula Quarta**

**(Encargos financeiros)**

Os encargos financeiros para o Município são os decorrentes das operações de arranjo urbanístico do espaço objecto do presente Acordo, bem como das respectivas operações de manutenção e renovação.

**Cláusula Quinta**

**(Período de vigência)**

1. O presente Acordo é válido por um período de 5 anos.
2. Não se verificando a denúncia prevista na Cláusula 6ª considera-se o Acordo prorrogado por períodos de duração igual à definida no nº anterior.

**Cláusula Sexta**

**(Extinção)**

O presente Acordo extingue-se mediante denúncia por escrito, por motivo de força maior, formulada por qualquer das partes com a antecedência mínima de 90 dias.

**Cláusula Sétima**

**(Entrada em vigor)** -----  
O presente acordo produz efeitos a partir da data da sua outorga. -----  
----- A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar os termos da minuta do acordo de  
colaboração, autorizando o senhor Presidente ou quem legalmente o substituir a outorgá-lo. -----

**3. CONTAS FINAIS DA GERÊNCIA DE 2006:** O senhor Presidente começou por efectuar uma breve análise dos documentos, explicando alguns indicadores considerados mais relevantes no cômputo geral, fazendo um resumo do Relatório de Gestão, que a seguir se transcreve: -----

Relatório de Gestão-----  
O presente relatório de gestão, referente ao exercício do ano económico de 2006, constitui, antes de mais, o cumprimento da imposição legal de levar ao conhecimento dos órgãos colegiais do Município um retrato fiel do desempenho da gestão municipal referente ao ano económico de 2006, conforme estabelecido no ponto 13 do Decreto-Lei N.º 54-A/99 de 22 de Fevereiro. Além disso, a Resolução n.º 4/2004 – 2ª Secção do Tribunal de Contas define no Quadro Anexo I, o Relatório de Gestão como documento n.º 28 quando se refere aos documentos de prestação de contas das Autarquias Locais, devendo o mesmo ser remetido ao Tribunal de Contas independentemente do volume de receitas ou das despesas ocorridas durante o ano.-----

Pretende-se que este Relatório constitua um complemento da informação disponibilizada nos documentos contabilísticos e um instrumento de apoio à gestão autárquica, pela possibilidade de rapidamente e de forma simples se visualizarem as informações que se julgam suficientes à avaliação global e acompanhamento da situação financeira, tanto no domínio orçamental, como económico e financeiro.-----

Pretende-se, ainda, com este documento, deixar o testemunho de um vasto conjunto de informações capaz de habilitar os Excelentíssimos Senhores Vereadores, membros da Assembleia Municipal e restantes Municípes, que não tendo conhecimentos aprofundados de contabilidade autárquica, pretendem ter uma ideia da situação do seu município, pelo que se julga ser um importante meio de análise de resultados e verificação do grau de eficiência e eficácia da afectação dos recursos aos objectivos realizados, bem como a interiorizarem a complexa realidade da actividade desenvolvida pelo município.-----

Este documento é parte integrante da prestação de contas 2006.-----

O documento que a seguir apresentamos está estruturado nos seguintes temas base:-----

- 1 - Nota Introdutória -----
- 2 - Conjuntura -----
- 3 - Enquadramento Interno-----
- 4 - Análise Orçamental-----
- 5 - Fontes de Financiamento -----
- 6 - Aplicação dos Recursos Financeiros -----
- 7 - Cumprimentos Legais na Despesa-----
  - 7.1 - Despesas com Pessoal -----
  - 7.2 - Capacidade de Endividamento-----
- 8 - Análise Económico-financeira -----
  - 8.1 - Balanço -----
  - 8.2 - Demonstração de Resultados -----
- 9 - Proposta de Aplicação dos Resultados-----

Nota Introdutória-----  
A qualidade de vida de um Concelho é directamente proporcional ao grau de satisfação dos seus habitantes. Neste contexto, a principal tarefa da Câmara Municipal, enquanto responsável pela gestão do Município, é responder com soluções eficazes aos problemas concretos dos Municípes.-----

Administrar um concelho com a dimensão e as características culturais e sócio-económicas que este apresenta, num século XXI que todos os dias coloca novos problemas e desafios a enfrentar, é entender o cidadão como um cliente da Câmara Municipal, com direitos e deveres para com o Município.-----

As obras e acções planeadas e executadas pelo município traduzem uma efectiva melhoria da qualidade de vida da população, atravessam todos os sectores da gestão Municipal e estão à vista de todos. Muitas obras foram feitas, outras estão a decorrer e outras serão feitas tendo em vista o desenvolvimento harmonioso e sustentado deste concelho e das populações que nele habitam. Por isso, podemos dizer que o trabalho realizado pela Câmara Municipal no ano de 2006 foi bastante positivo.-----

#### Conjuntura-----

##### Conjuntura na Área do Município-----

O Município de Penela, situado na região centro de Portugal a poucos quilómetros da sede de Distrito - Coimbra, ocupa uma área aproximada de 134,8 km<sup>2</sup>, é constituído por seis freguesias – Cumeieira, Espinhal, Podentes, Rabaçal, Santa Eufémia e São Miguel e os seus aglomerados urbanos são inferiores a 1000 habitantes.-----

A população do concelho segundo os censos 2001 é de 6594 habitantes dos quais, 3197 Homens e 3397 Mulheres. A densidade populacional é de 47,6 habitantes/m<sup>2</sup>.-----

Podemos ainda verificar que a população com menos de 18 anos é de 1024 habitantes, com mais de 18 e menos de 65 anos é de 3774 habitantes e com mais de 65 anos é de 1796 habitantes. De salientar ainda que a variação da população em 1991/2001 foi de menos 325 habitantes.-----

Da análise dos censos 2001 podemos ainda verificar que existem 2515 Famílias clássicas com uma dimensão média de 2,6 pessoas e 3 Famílias Institucionais.-----

O número de edifícios existentes no concelho é de 3688.-----

O número de Alojamentos clássicos é de 3813, o de Alojamentos não clássicos é de 11 e o de Alojamentos colectivos é de 4.-----

##### Enquadramento Interno-----

##### Alterações no Órgão Executivo-----

No decurso do ano económico em análise não se verificaram alterações na composição do Órgão Executivo. A sua estrutura foi alterada de 2 para 3 vereadores em regime de tempo inteiro.-----

##### Política de Recursos Humanos Adoptada-----

No ano económico de 2006 não se verificaram quaisquer reestruturações orgânicas ou do quadro pessoal da Autarquia. O Município, em termos de recursos humanos, tem-se preocupado em reorganizar e reaproveitar os existentes. Podemos verificar através do quadro que a seguir se apresenta que, relativamente a 31 de Dezembro de 2005 houve um acréscimo de 4 funcionários. Este aumento deve-se essencialmente à contratação de pessoal para fazer face à transferência de competências da Administração Central para a Local nomeadamente, na área da Educação, com a necessidade de contratação de auxiliares para os estabelecimentos de ensino bem como á contratação de pessoal para a Biblioteca Municipal – equipamento que entrou em funcionamento no ano de 2006.-----

Porque falamos em recursos humanos, convém ter presente a componente remuneratória que, sem dúvida, é o maior factor de motivação como contrapartida do serviço prestado. Salientamos que no ano 2006 estes encargos atingiram o valor de 1.929.694,02€ distribuídos pelas rubricas de Remunerações certas e permanentes, Abonos variáveis e eventuais e Segurança Social, representando cerca de 29,68% das despesas totais efectuadas e pagas por este Município.-----

Designação	2005	2006	Varição
Quadro	89	89	0
Dirigente	1	1	0
Tecnico Superior	9	10	1
Tecnico Profissional	3	3	0
Tecnico	2	2	0
Administrativo	13	13	0
Operário	28	27	-1
Auxiliar	33	33	0
Contratado	40	42	2
Técnico Superior	5	3	-2
Técnico Profissional	6	9	3
Técnico	2	2	0
Operário	13	10	-3
Auxiliar (1)	14	18	4

Designação	2005	2006	Varição
Estágios/Poc/Tarefeiras	29	31	2
Estágios Profissionais	3	3	0
POC	12	16	4
Tarefeiras	14	12	-2

(1) – Um dos funcionários é pago pela DREC – Direcção Regional Educação do centro.-----

Análise Orçamental-----

Execução Orçamental 2006 -----

Quadro - Resumo das Receitas e das Despesas Realizadas				
Descrição	Orçamento Ano 2006	Executado Ano 2006	Grau Execução	Desvio
Receitas Correntes	6.210.501,00 €	3.991.295,94 €	64,27%	-35,73%
Receitas de capital e Outras Receitas	6.706.614,79 €	2.512.039,43 €	37,46%	-62,54%
Total das Receitas	12.917.115,79 €	6.503.335,37 €	50,35%	-49,65%
Despesas Correntes	5.335.715,79 €	3.875.961,35 €	72,64%	-27,36%
Despesas de Capital	7.581.400,00 €	2.626.242,11 €	34,64%	-65,36%
Total das Despesas Pagas	12.917.115,79 €	6.502.203,46 €	50,34%	-49,66%

No ano de 2006, o Orçamento Municipal apresenta um saldo corrente de 115.334,59€. As receitas correntes apresentam uma execução orçamental de 64,27% à qual corresponde o valor recebido de 3.991.295,94€ e as despesas correntes uma execução orçamental de 72,64% à qual corresponde o valor pago de 3.875.961,35€. As receitas e despesas correntes apresentam níveis de execução afastados do previsto em orçamento de 35,73% e 27,36%, respectivamente.-----

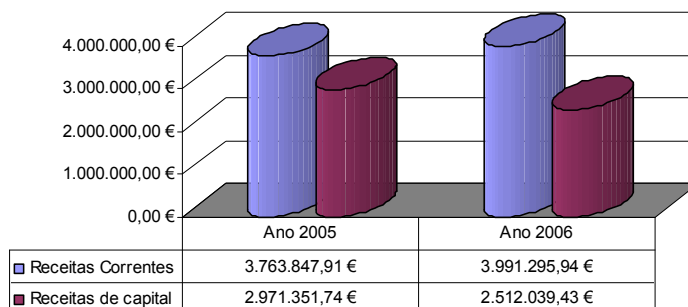
O saldo de capital apresenta o valor negativo de 114.202,68€ o que significa que o Município de Penela mantém a tendência de transformar receitas correntes em despesa de capital. As receitas de capital apresentam uma execução orçamental de 37,46% à qual corresponde o valor recebido de 2.512.039,43€ e as despesas de capital uma execução orçamental de 34,64% à qual corresponde o valor pago de 2.626.242,11€. As receitas e despesas de capital apresentam níveis de execução afastados do previsto em orçamento de 62,54% e 65,36%, respectivamente.-----

Em termos globais as receitas apresentam uma execução de 50,35% à qual corresponde o valor absoluto de 6.503.335,17€, com um desvio relativamente ao orçamento global de 49,65% e as despesas apresentam uma execução de 50,34% à qual corresponde o valor absoluto de 6.502.203,46€, com um desvio relativamente ao Orçamento Global de 49,66%.-----

## Resumo das Receitas -----

Quadro - Resumo das Receitas Cobradas						
Descrição	Ano 2005	R/TR	Ano 2006	Var. Abs.	Var (%)	R/TR
Receitas Correntes	3.763.847,91 €	55,88%	3.991.295,94 €	227.448,03 €	6,04%	61,37%
Receitas de capital	2.971.351,74 €	44,12%	2.512.039,43 €	-459.312,31 €	-15,46%	38,63%
Total das Receitas	6.735.199,65 €	100,00%	6.503.335,37 €	-231.864,28 €	-3,44%	100,00%

Resumo das Receitas Cobradas



Da análise do gráfico e da leitura dos dados constata-se que, no global, as receitas da Câmara Municipal de Penela diminuíram relativamente ao ano de 2005 pois verifica-se um decréscimo de 231.864,28€ a que corresponde uma variação negativa de 3,44%.

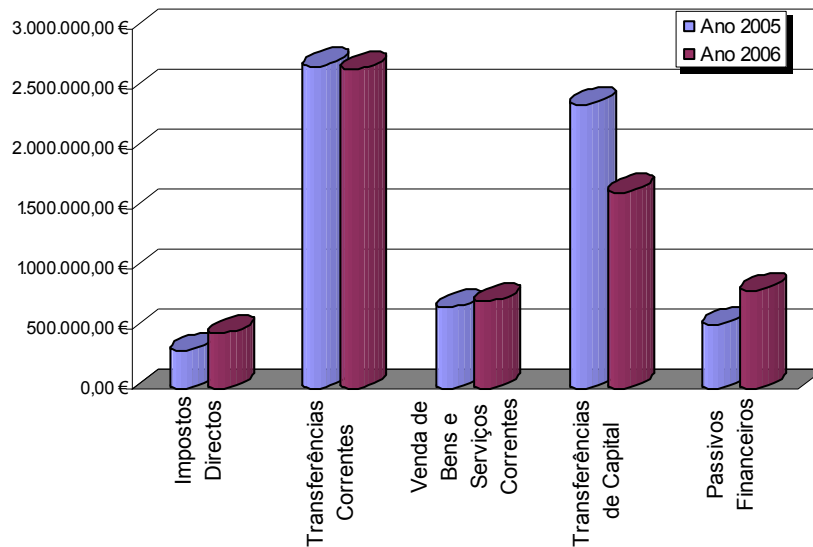
Quanto às receitas correntes, verifica-se um aumento de 227.448,03€ a que corresponde uma variação de 6,04%. Este acréscimo ficou a dever-se essencialmente ao aumento das receitas provenientes dos impostos directos, da venda de bens e prestação de serviços e das outras receitas correntes.

Quanto às receitas de capital verifica-se um decréscimo de 459.312,31€ a que corresponde uma variação negativa de 15,46%. Esta diminuição ficou a dever-se essencialmente à diminuição das receitas provenientes da participação comunitária em projectos co-financiados resultante do término do III Quadro Comunitário de Apoio.

## Evolução das Receitas -----

Quadro - Evolução das Receitas Cobradas						
Descrição	Ano 2005	%R/TR	Ano 2006	Var. Abs.	Var (%)	%R/TR
Impostos Directos	311.186,00 €	4,62%	454.602,42 €	143.416,42 €	46,09%	6,99%
Impostos Indirectos	57.398,12 €	0,85%	9.401,34 €	-47.996,78 €	-83,62%	0,14%
Taxas, Multas e Outras Penalidades	32.402,99 €	0,48%	31.206,44 €	-1.196,55 €	-3,69%	0,48%
Rendimentos de Propriedade	4.131,88 €	0,06%	3.070,36 €	-1.061,52 €	-25,69%	0,05%
Transferências Correntes	2.686.509,10 €	39,89%	2.658.220,23 €	-28.288,87 €	-1,05%	40,87%
Venda de Bens e Serviços Correntes	670.010,84 €	9,95%	722.775,37 €	52.764,53 €	7,88%	11,11%
Outras Receitas Correntes	2.208,98 €	0,03%	112.019,78 €	109.810,80 €	4971,11%	1,72%
Venda de Bens de Investimento	47.431,64 €	0,70%	65.296,25 €	17.864,61 €	37,66%	1,00%
Transferências de Capital	2.364.487,55 €	35,11%	1.636.074,57 €	-728.412,98 €	-30,81%	25,16%
Activos Financeiros	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00 €	0,00%	0,00%
Passivos Financeiros	525.467,64 €	7,80%	807.993,00 €	282.525,36 €	53,77%	12,42%
Outras Receitas de Capital	28.698,31 €	0,43%	2.452,82 €	-26.245,49 €	-91,45%	0,04%
Reposições Não Abatidas Nos Pagamentos	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00 €	0,00%	0,00%
Saldo da Gerência Anterior	5.266,60 €	0,08%	222,79 €	-5.043,81 €	-95,77%	0,00%
Total	6.735.199,65 €	100,00%	6.503.335,37 €	-231.864,28 €	-3,44%	100,00%

### Evolução das Principais Receitas Cobradas



Como é possível extrair da leitura dos números e da análise do gráfico apresentado pode-se verificar que relativamente ao ano anterior houve uma diminuição da cobrança de receitas e que o Município continua muito dependente das transferências, quer correntes, quer de capital, apesar do seu grau de importância ter diminuído nas transferências de capital e aumentado nas transferências correntes. As receitas provenientes do Orçamento de Estado continuam a representar a maior fonte de financiamento das actividades da autarquia.-----

Numa análise mais detalhada podemos verificar que:-----  
Houve um aumento na cobrança dos impostos directos estabelecidos na Lei das Finanças Locais (Imposto Municipal sobre Imóveis, Imposto Municipal sobre Veículos e Imposto Municipal sobre Transmissões onerosas de imóveis), e um aumento do seu peso em relação ao total da receita.-----  
Quanto aos impostos indirectos, onde se registam as receitas que recaem sobre o sector produtivo, incidindo sobre a produção, a venda, a compra ou a utilização de bens e serviços houve uma diminuição da sua cobrança e uma diminuição do seu peso em relação ao total da receita cobrada. Esta diminuição deve-se essencialmente à quebra de receita proveniente de loteamentos e obras.-----  
No que diz respeito às taxas, multas e outras penalidades, onde se registam os pagamentos dos particulares em contrapartida da emissão de licenças e da prestação de serviços, não havendo qualquer relação de contrapartida entre as receitas e os custos dos serviços prestados, verificou-se uma ligeira diminuição da sua cobrança mas manteve-se o seu peso em relação ao total da receita. Esta diminuição deve-se essencialmente à quebra de receita proveniente de loteamentos e obras.-----  
Quanto aos rendimentos de propriedade, que abrangem as receitas provenientes de activos financeiros e rendas de activos não produtivos, nomeadamente, terrenos e activos incorpóreos, a sua cobrança diminuiu ligeiramente e o seu peso em relação ao total da receita também.-----  
As transferências correntes, que abrangem as receitas provenientes da Administração Central e onde se incluem, entre outras, as relativas aos fundos municipais (Fundo Geral Municipal, Fundo Base Municipal e Fundo Coesão Municipal) e as receitas provenientes de participações comunitárias de natureza corrente tiveram uma diminuição da sua cobrança e um aumento do seu peso em relação ao total da receita.-----  
As vendas de bens e serviços correntes, incluindo, na generalidade, as receitas do produto da venda de bens, inventariados ou não, que inicialmente não tenham sido classificados como bens de capital ou de investimento, bem como as receitas da prestação de serviços, tiveram um aumento da sua cobrança e um aumento do seu peso em relação ao total da receita. É aqui que encontramos as receitas provenientes da venda de água; aluguer de espaços e equipamentos; serviços sociais, recreativos e de desporto; saneamento; resíduos sólidos e rendas de edifícios e outros.-----



As outras receitas correntes tiveram um aumento da sua cobrança e um aumento do seu peso em relação ao total da receita. De notar que esta é uma rubrica da receita com carácter residual e compreende as receitas não susceptíveis de classificação nas demais rubricas correntes.-----

Quanto à venda de bens de investimento a sua cobrança aumentou devido, essencialmente, à venda de lotes de terreno na Zona Industrial de Penela para implantação de novas empresas e o seu peso em relação ao total da receita também aumentou.-----

As transferências de capital correspondem aos recursos financeiros auferidos sem qualquer contrapartida e destinados ao financiamento das despesas de capital. Tal como já foi referido para as receitas correntes, as receitas provenientes da administração central, onde se incluem as relativas aos fundos municipais (Fundo Geral Municipal, Fundo Base Municipal e Fundo Coesão Municipal) e as receitas provenientes de participações comunitárias em projectos co-financiados tiveram uma significativa diminuição bem como uma diminuição do seu peso em relação ao total da receita. -----

Quanto aos activos financeiros não se verificou qualquer cobrança de receita no decorrer do ano 2006.-----

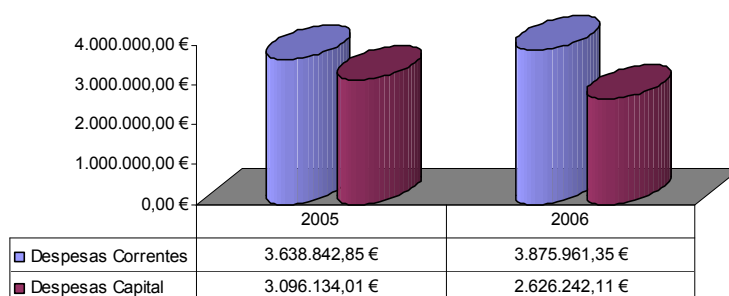
Quanto aos passivos financeiros foram cobrados 807.993,00€ resultantes da contratação de empréstimos para financiamento de obras municipais. Os passivos financeiros representam 12,42% do total da receita.-----

As outras receitas de capital tiveram uma diminuição da sua cobrança e uma diminuição do seu peso em relação ao total da receita no decorrer do ano de 2006. Esta é uma rubrica de natureza residual e compreende as receitas não susceptíveis de classificação nas demais rubricas de capital.-----

Resumo das Despesas (Óptica dos Pagamentos)-----

Quadro - Resumo das Despesas Pagas						
Descrição	2005	D/DT	2006	Var. Abs.	Var (%)	D/DT
Despesas Correntes	3.638.842,85 €	54,03%	3.875.961,35 €	237.118,50 €	6,52%	59,61%
Despesas Capital	3.096.134,01 €	45,97%	2.626.242,11 €	-469.891,90 €	-15,18%	40,39%
Total das Despesas Pagas	6.734.976,86 €	100,00%	6.502.203,46 €	-232.773,40 €	-3,46%	100,00%

Resumo das Despesas Pagas



Da leitura dos dados e da análise do gráfico constata-se que o Município tem vindo a apresentar despesas correntes superiores às despesas de capital. No ano de 2006 verifica-se que houve um aumento de 237.118,50€ nas despesas correntes, correspondendo a uma variação de 6,52% e uma diminuição das despesas de capital de 469.891,90€, correspondendo a uma variação negativa de 15,18%. De referir ainda que o peso das despesas correntes no total das despesas foi de 59,61% e o peso das despesas de capital foi de 40,39%. Podemos ainda verificar que o peso das despesas correntes no total da despesa aumentou relativamente ao ano de 2005 e as despesas de capital diminuíram em cerca de 5%.-----

No total houve uma diminuição das despesas pagas em 232.773,40€ a que corresponde uma variação de 3,46%.-----

O aumento das despesas correntes deve-se essencialmente ao acréscimo de despesas com pessoal, das despesas com juros e outros encargos de empréstimos bancários e factoring e ao aumento das

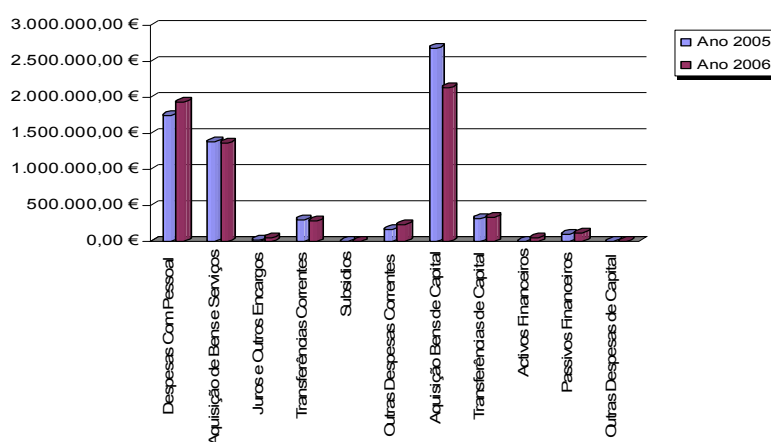
outras despesas correntes derivado da dinâmica da actividade do Município na realização de vários eventos promovidos no decurso do ano de 2006 de que são exemplo: a Fagrip – Feira Comercial e industrial de Penela, Feira do Mel, I Mostra de Produtos Endógenos e Festa da Gastronomia, festival da Juventude, etc. -----

A diminuição das despesas de capital deve-se sobretudo à aquisição de bens de capital que teve um decréscimo de 20,76% comparativamente ao ano de 2005. Este decréscimo de 556.941,34€ na despesa de capital está directamente relacionado com a diminuição da receita de capital, uma vez que também as transferências de capital, onde se incluem as receitas provenientes da participação comunitária em projectos co-financiados, tiveram uma diminuição no seu recebimento no valor de 728.492,98€-----

Evolução das Despesas -----

Quadro - Evolução das Despesas Pagas						
Descrição	Ano 2005	%D/TR	Ano 2006	Var. Abs.	Var (%)	%D/TR
Despesas Com Pessoal	1.756.171,17 €	26,08%	1.929.694,02 €	173.522,85 €	9,88%	29,68%
Aquisição de Bens e Serviços	1.376.567,04 €	20,44%	1.364.540,23 €	-12.026,81 €	-0,87%	20,99%
Juros e Outros Encargos	22.700,72 €	0,34%	56.044,00 €	33.343,28 €	146,88%	0,86%
Transferências Correntes	307.023,12 €	4,56%	288.428,17 €	-18.594,95 €	-6,06%	4,44%
Subsídios	5.350,00 €	0,08%	1.700,00 €	-3.650,00 €	-68,22%	0,03%
Outras Despesas Correntes	171.030,80 €	2,54%	235.554,93 €	64.524,13 €	37,73%	3,62%
Aquisição Bens de Capital	2.682.494,44 €	39,83%	2.125.553,10 €	-556.941,34 €	-20,76%	32,69%
Transferências de Capital	318.855,60 €	4,73%	337.106,62 €	18.251,02 €	5,72%	5,18%
Activos Financeiros	0,00 €	0,00%	42.538,00 €	42.538,00 €	100,00%	0,65%
Passivos Financeiros	94.783,97 €	1,41%	121.044,39 €	26.260,42 €	27,71%	1,86%
Outras Despesas de Capital	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00 €	0,00%	0,00%
Total	6.734.976,86 €	100,00%	6.502.203,46 €	-232.773,40 €	-3,46%	100,00%

Evolução das Despesas Pagas



Da análise dos dados constatamos que, com excepção da aquisição de bens e serviços correntes, das transferências correntes, dos subsídios e da aquisição de bens de capital, houve um aumento nos vários tipos de despesa. -----

Numa análise mais detalhada podemos verificar que: -----

As despesas com pessoal, que englobam as remunerações certas e permanentes com os órgãos autárquicos, com o pessoal do quadro, pessoal em qualquer outra situação, os abonos e os encargos inerentes à segurança social, apresentam níveis de execução muito próximos do orçamentado. Constata-se, no entanto, que as despesas com pessoal sofreram um aumento de 173.522,85€ a que corresponde um acréscimo de 9,88% relativamente ao ano anterior. Este aumento deve-se sobretudo à contratação de pessoal para a biblioteca municipal, ao aumento dos vencimentos dos funcionários, à entrada em funções de um vereador a tempo inteiro, à atribuição de subsídios de reintegração aos ex – vereadores desta Câmara Municipal e sobretudo ao aumento das despesas com encargos sociais,

uma vez que a Administração Central decidiu aumentar os encargos sobre remunerações em 3% para a caixa geral de aposentações. Por tudo isto, o peso deste tipo de despesa em relação ao total é de 29,68%. -----

A aquisição de bens e serviços compreende as despesas com a aquisição de bens de consumo duradouro – que se conservam ou perduram para além de um ano, as despesas com a aquisição de bens que não perduram para além da sua primeira utilização ou cuja durabilidade normal não ultrapassa um ano e as despesas com a aquisição de serviços a terceiros. Relativamente ao ano de 2005 verifica-se uma diminuição de 12.026,81€ a que corresponde um decréscimo de 0,87%. Ainda assim, o peso da aquisição destes bens e serviços correntes no total da despesa é de 20,99%. -----

Os encargos decorrentes da dívida são constituídos pelas despesas relativas a juros provenientes da contratação de empréstimos bancários e de contratos de locação financeira, bem como outros juros. Esta rubrica de despesa apresenta um aumento de 33.343,28€ relativamente ao ano de 2005 devido à contratação de novos empréstimos. O peso desta rubrica no total das despesas pagas é de 0,86%. ----

As transferências correntes são importâncias retiradas do orçamento municipal e concedidas sem qualquer contrapartida a outras entidades. São aqui registadas as transferências para Instituições sem fins lucrativos (apoios ao normal funcionamento das Associações concelhias) e para as Juntas de Freguesia conforme protocolos celebrados nomeadamente para a limpeza de povoações. Constatase uma diminuição deste tipo de despesa em cerca de 18.594,95€ a que corresponde uma variação negativa de 6,06%. O peso desta rubrica no total das despesas pagas é de 4,44%. -----

A rubrica de outras despesas correntes, de carácter residual, abrange todas as despesas correntes não incluídas nas restantes rubricas. São aqui registadas, entre outras, as despesas decorrentes da realização das festas de São Miguel, Feira do Mel e da I Mostra de Produtos Endógenos e Festa da Gastronomia. Esta rubrica apresenta um aumento de 64.524,13€ relativamente ao ano 2005 e o seu peso no total das despesas pagas é de 3,62%. -----

Na rubrica de aquisição de bens de investimento, classificam-se as despesas destinadas a aumentar o capital fixo, quer por meio da aquisição a terceiros quer por produção própria. Verifica-se uma diminuição deste tipo de despesas em 20,76% embora o seu peso no total das despesas pagas, ainda assim, seja substancial – 32,69%. São aqui registadas entre outras as despesas com investimentos efectuados em edifícios, material de transporte e construções diversas nomeadamente viadutos, arruamentos, estradas, captação e distribuição de água e drenagem de águas pluviais e residuais. ----

As transferências de capital, de características idênticas às já apontadas para as transferências correntes, destinam-se a financiar obras por parte de outras instituições. Salientam-se aqui as transferências para comparticipação nas obras do Pólo de Penela da ETP Sicó e da reabilitação do antigo hospital da Misericórdia. Esta rubrica, relativamente ao ano de 2005 apresenta um aumento de 18.251,02€ a que corresponde uma taxa de 5,72% e o seu peso em relação ao total da despesa é de 5,18%. -----

Nos activos financeiros classificam-se as aquisições de acções, obrigações, quotas e outras formas de participação. No ano de 2006 efectuou-se o pagamento de parte da participação do Município de Penela nas Águas do Mondego no valor de 42.538,00€. O seu peso em relação ao total da despesa é de 0,65%. -----

Nos passivos financeiros são registadas as operações financeiras destinadas à amortização de empréstimos de médio e longo prazo contraídos pelo município. Podemos verificar que houve um aumento deste tipo de despesas em 26.260,42€ e que o seu peso no total da despesa é de 1,86%. ----

As outras despesas de capital são uma rubrica de natureza residual, nela sendo consideradas as demais despesas de capital que não são enquadráveis nas restantes rubricas e não apresenta qualquer valor. -----

Despesas (Óptica dos Compromissos) -----

Quadro - Despesas Comprometidas					
Descrição	Dotações	Compromissos	Tx. Execução	Var. Abs.	Var (%)
Despesas Com Pessoal	2.108.210,00 €	2.041.268,20 €	96,82%	66.941,80 €	3,18%
Aquisição de Bens e Serviços	2.387.442,00 €	2.012.497,69 €	84,30%	374.944,31 €	15,70%
Juros e Outros Encargos	59.550,00 €	56.102,64 €	94,21%	3.447,36 €	5,79%
Transferências Correntes	359.500,00 €	318.170,49 €	88,50%	41.329,51 €	11,50%
Subsidios	7.500,00 €	1.700,00 €	22,67%	5.800,00 €	77,33%
Outras Despesas Correntes	413.513,79 €	398.448,71 €	96,36%	15.065,08 €	3,64%
Aquisição Bens de Capital	6.940.850,00 €	6.178.229,35 €	89,01%	762.620,65 €	10,99%
Transferências de Capital	432.700,00 €	398.240,36 €	92,04%	34.459,64 €	7,96%
Activos Financeiros	86.100,00 €	85.076,00 €	98,81%	1.024,00 €	1,19%
Passivos Financeiros	121.750,00 €	121.044,39 €	99,42%	705,61 €	0,58%
Outras Despesas de Capital	0,00 €	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%
<b>Total</b>	<b>12.917.115,79 €</b>	<b>11.610.777,83 €</b>	<b>89,89%</b>	<b>1.306.337,96 €</b>	<b>10,11%</b>

Na óptica dos compromissos a taxa de execução da despesa apresenta um bom nível de execução uma vez que dos 12.917.115,79€ orçamentados foram comprometidos 11.610.777,83€ a que corresponde uma taxa execução de 89,89%. O desvio verificado no valor de 1.306.337,96€ a que corresponde uma taxa de 10,11% corresponde ao valor que falta comprometer. -----  
Despesas (Óptica das Realizações) -----

Quadro - Despesas Realizadas					
Descrição	Compromissos	Realizado	Tx. Execução	Var. Abs.	Var (%)
Despesas Com Pessoal	2.041.268,20 €	2.037.574,57 €	99,82%	3.693,63 €	0,18%
Aquisição de Bens e Serviços	2.012.497,69 €	1.844.608,51 €	91,66%	167.889,18 €	8,34%
Juros e Outros Encargos	56.102,64 €	56.102,64 €	100,00%	0,00 €	0,00%
Transferências Correntes	318.170,49 €	292.044,13 €	91,79%	26.126,36 €	8,21%
Subsidios	1.700,00 €	1.700,00 €	100,00%	0,00 €	0,00%
Outras Despesas Correntes	398.448,71 €	382.966,72 €	96,11%	15.481,99 €	3,89%
Aquisição Bens de Capital	6.178.229,35 €	4.501.700,43 €	72,86%	1.676.528,92 €	27,14%
Transferências de Capital	398.240,36 €	362.106,62 €	90,93%	36.133,74 €	9,07%
Activos Financeiros	85.076,00 €	85.076,00 €	100,00%	0,00 €	0,00%
Passivos Financeiros	121.044,39 €	121.044,39 €	100,00%	0,00 €	0,00%
Outras Despesas de Capital	0,00 €	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%
<b>Total</b>	<b>11.610.777,83 €</b>	<b>9.684.924,01 €</b>	<b>83,41%</b>	<b>1.925.853,82 €</b>	<b>16,59%</b>

Na óptica das realizações a taxa de execução da despesa apresenta um bom nível de execução uma vez que dos 11.610.777,83€ comprometidos foram realizados 9.684.924,01€ a que corresponde uma taxa execução de 83,41%. O desvio verificado no valor de 1.925.853,82€ a que corresponde uma taxa de 16,59% corresponde ao valor que falta realizar (valor a ser facturado pelos fornecedores). -----  
Despesas (Óptica dos Pagamentos) -----

Quadro - Despesas Pagas					
Descrição	Realizado	Pago	Tx. Execução	Var. Abs.	Var (%)
Despesas Com Pessoal	2.037.574,57 €	1.929.694,02 €	94,71%	107.880,55 €	5,29%
Aquisição de Bens e Serviços	1.844.608,51 €	1.364.540,23 €	73,97%	480.068,28 €	26,03%
Juros e Outros Encargos	56.102,64 €	56.044,00 €	99,90%	58,64 €	0,10%
Transferências Correntes	292.044,13 €	288.428,17 €	98,76%	3.615,96 €	1,24%
Subsidios	1.700,00 €	1.700,00 €	100,00%	0,00 €	0,00%
Outras Despesas Correntes	382.966,72 €	235.554,93 €	61,51%	147.411,79 €	38,49%
Aquisição Bens de Capital	4.501.700,43 €	2.125.553,10 €	47,22%	2.376.147,33 €	52,78%
Transferências de Capital	362.106,62 €	337.106,62 €	93,10%	25.000,00 €	6,90%
Activos Financeiros	85.076,00 €	42.538,00 €	50,00%	42.538,00 €	50,00%
Passivos Financeiros	121.044,39 €	121.044,39 €	100,00%	0,00 €	0,00%
Outras Despesas de Capital	0,00 €	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%
<b>Total</b>	<b>9.684.924,01 €</b>	<b>6.502.203,46 €</b>	<b>67,14%</b>	<b>3.182.720,55 €</b>	<b>32,86%</b>

Na óptica dos pagamentos a taxa de execução da despesa apresenta um bom nível de execução uma vez que dos 9.684.924,01€ realizados foram pagos 6.502.203,46€ a que corresponde uma taxa

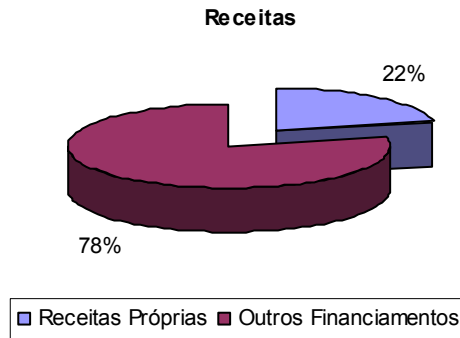
execução de 67,14%. O desvio verificado no valor de 3.182.720,55€ a que corresponde uma taxa de 32,86% corresponde ao valor efectivamente em dívida. -----

Fontes de Financiamento -----

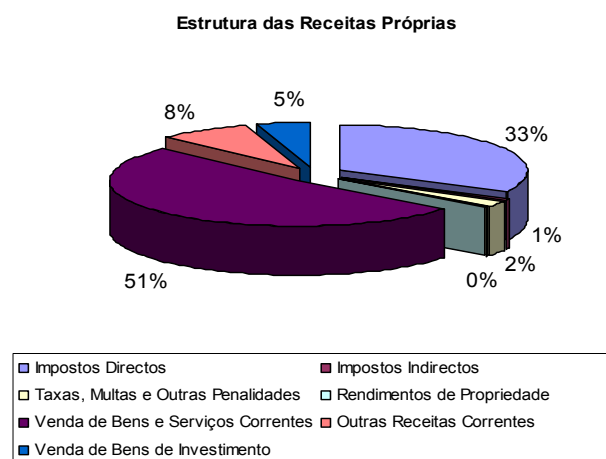
Receitas Próprias -----

Estrutura das Receitas Próprias -----

As receitas próprias de uma autarquia local, são aquelas que esta pode arrecadar, nos termos da legislação aplicável, recorrendo a meios próprios e sem a influência de organismos externos. Excluem-se destas, as receitas relativas a transferências ou a empréstimos contratados. -----



No ano económico de 2006 as receitas próprias totalizam o valor de 1.398.371,96€ que representam cerca de 22% do total da receita arrecadada tendo-se verificado um aumento do seu peso na receita total de cerca de 5% relativamente ao ano anterior. Ainda assim, o Município continua a ter uma forte dependência das verbas provenientes do Orçamento de Estado. Tal como a maioria dos outros Municípios desta dimensão, a nossa capacidade para arrecadar receita sem o recurso a organismos externos é reduzida. Isto deve-se sobretudo ao facto dos municípios não praticarem os mesmos preços que as empresas privadas nos serviços que prestam à comunidade, nomeadamente na prestação de serviços sociais, culturais e desportivos, no fornecimento de Água e recolha de Resíduos Sólidos Urbanos, porque o seu objectivo primário não é a obtenção do lucro, mas sim a satisfação do maior número de necessidades dos seus Municípios. -----  
Poderemos ver de seguida a desagregação das receitas próprias por rubrica de despesa. -----



Através da leitura do gráfico constatamos que 51% da receita própria diz respeito à venda de bens e prestação de serviços correntes, 33% aos impostos directos, 8% às outras receitas correntes, 5% a venda de bens de investimento, 2% às taxas, multas e outras penalidades. Os impostos indirectos, os rendimentos de propriedade e as outras receitas correntes têm pouca expressão na receita própria. ---  
*Evolução das Receitas Próprias* -----

Quadro - Evolução das Receitas Próprias				
Designação	Ano 2005	Ano 2006	Var.Abs	Var %
Impostos Directos	311.186,00 €	454.602,42 €	143.416,42 €	46,09%
Impostos Indirectos	57.398,12 €	9.401,34 €	-47.996,78 €	-83,62%
Taxas, multas e outras penalidades	32.402,99 €	31.206,44 €	-1.196,55 €	-3,69%
Rendimentos de Propriedade	4.131,88 €	3.070,36 €	-1.061,52 €	-25,69%
Venda de Bens e Serviços Correntes	670.010,84 €	722.775,37 €	52.764,53 €	7,88%
Venda de bens de investimento	47.431,64 €	65.296,25 €	17.864,61 €	37,66%
Outras Receitas Correntes	2.208,98 €	112.019,78 €	109.810,80 €	4971,11%
Total Receita Própria	1.124.770,45 €	1.398.371,96 €	273.601,51 €	24,33%

Da análise dos dados verificamos que as receitas próprias tiveram uma evolução positiva de 2005 para 2006 no valor de 273.601,51€ a que corresponde um acréscimo de 24,33%. Constatamos ainda que foram os impostos directos que tiveram a maior variação com 143.416,42€, seguindo-se as outras receitas correntes com uma variação de 109.810,80€, a venda de bens e serviços correntes com uma variação de 52.764,53€ e a venda de bens de investimento com uma variação de 17.864,61€. Podemos constatar, ainda, que houve uma evolução negativa nos impostos indirectos, nas taxas multas e outras penalidades e nos rendimentos de propriedade. Deve-se aqui salientar que do valor recebido nas outras receitas correntes, 102.420,13€ são referentes a verbas provenientes do Parque Eólico de Malhadizes e respeitantes aos anos de 2005 e 2006.-----

#### Indicadores -----

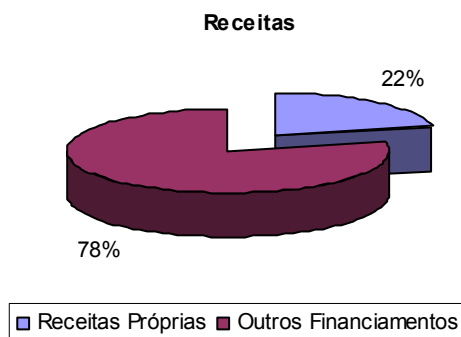
Indicadores	2005	2006
Receitas Próprias/Receita Total	16,70%	21,50%
Receitas Próprias/Despesa Total	16,70%	21,51%
Receitas Próprias por Km2	8.343,99 €	10.373,68 €
Receitas Próprias per capita	170,57 €	212,07 €

Dos indicadores constatamos que as receitas próprias aumentaram o seu peso em relação à receita total e à despesa total em cerca de 5%. Podemos ainda verificar que houve um aumento das receitas próprias por Km2 e também um aumento das receitas próprias per capita. -----

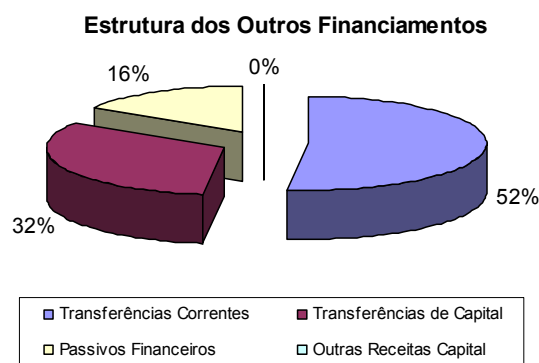
#### Outros Financiamentos-----

#### Estrutura dos Outros Financiamentos-----

Os Outros Financiamentos incluem os Fundos Municipais, os Fundos Comunitários, as Outras Transferências, o Recurso ao Crédito e as Reposições Não Abatidas aos Pagamentos. No ano económico de 2006 estes financiamentos representam 78% do total da receita arrecada, o que, confirma a elevada dependência externa que o Município tem na arrecadação de receitas. De salientar, no entanto que comparativamente ao ano de 2005 verificou-se uma diminuição de cerca de 5% na arrecadação deste tipo de receitas.-----



Poderemos ver de seguida a desagregação dos outros financiamentos por rubrica de despesa. -----



Da análise do gráfico podemos verificar que 52% dos outros financiamentos dizem respeito às transferências correntes, 32% a transferências de capital, 16% a passivos financeiros e as outras receitas de capital não apresentam qualquer valor.

Evolução dos Outros Financiamentos

Quadro - Evolução dos Outros Financiamentos				
Designação	Ano 2005	Ano 2006	Var.Abs	Var %
Transferências Correntes	2.686.509,10 €	2.658.220,23 €	-28.288,87 €	-1,05%
Transferências de Capital	2.364.487,55 €	1.636.074,57 €	-728.412,98 €	-30,81%
Passivos Financeiros	525.467,64 €	807.993,00 €	282.525,36 €	53,77%
Outras Receitas Capital	28.698,31 €	2.452,82 €	-26.245,49 €	-91,45%
Total Outros Financiamentos	5.605.162,60 €	5.104.740,62 €	-500.421,98 €	-8,93%

A evolução dos outros financiamentos foi negativa em 500.421,98€ e em termos percentuais – 8,93%, sendo que a rubrica que mais contribuiu para esse decréscimo foi as transferências de capital que decresceram 30,81%. As transferências correntes e as outras receitas de capital também tiveram um decréscimo enquanto que os passivos financeiros tiveram um aumento devido à contratação de um novo empréstimo para obras municipais.

Indicadores

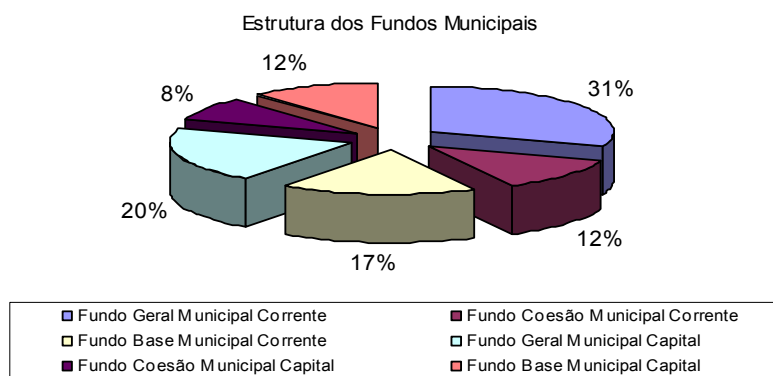
Indicadores	2005	2006
Outros Financiamentos/Receita Total	83,30%	78,50%
Outros Financiamentos/Despesa Total	83,30%	78,51%
Outros Financiamentos por Km2	41.620,39 €	37.870,65 €
Outros Financiamentos per capita	850,84 €	774,18 €

Dos indicadores constatamos que os outros financiamentos diminuíram o seu peso em relação à receita total e à despesa total em cerca de 5%. Podemos ainda verificar que houve uma diminuição dos outros financiamentos por Km2 e também uma diminuição dos outros financiamentos per capita.

Participação da Autarquia nos Impostos do Estado

Fundos Municipais

Estrutura dos Fundos Municipais

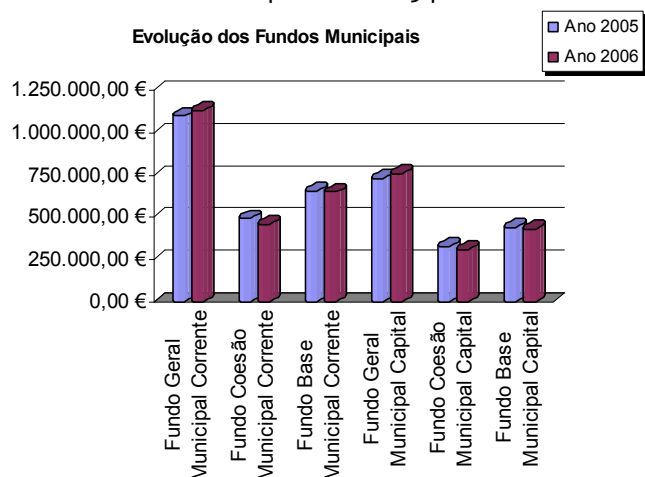


Da análise do gráfico constatamos que é o Fundo Geral Municipal Corrente que maior participação tem no total dos Fundos Municipais com 31%. A nível dos Fundos Municipais de Capital também é o Fundo Geral Municipal que detém o maior peso com 20%. De seguida aparece o Fundo Base Municipal Corrente com o peso de 17% e o Fundo Coesão Municipal Corrente com o peso de 12%. Por fim situam-se o Fundo Base Municipal Capital com o peso de 12% e o Fundo Coesão Municipal Capital com o peso de 8%.

-----  
Evolução dos Fundos Municipais-----

Quadro - Evolução dos Fundos Municipais				
Designação	Ano 2005	Ano 2006	Var.Abs	Var %
Fundo Geral Municipal Corrente	1.095.797,00 €	1.131.013,00 €	35.216,00 €	3,21%
Fundo Coesão Municipal Corrente	489.937,00 €	460.683,00 €	-29.254,00 €	-5,97%
Fundo Base Municipal Corrente	654.123,00 €	648.161,00 €	-5.962,00 €	-0,91%
Fundo Geral Municipal Capital	730.531,00 €	754.008,00 €	23.477,00 €	3,21%
Fundo Coesão Municipal Capital	326.624,00 €	307.122,00 €	-19.502,00 €	-5,97%
Fundo Base Municipal Capital	436.082,00 €	432.107,00 €	-3.975,00 €	-0,91%
<b>Total Fundos Municipais</b>	<b>3.733.094,00 €</b>	<b>3.733.094,00 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>0,00%</b>

Apesar de existirem algumas variações na sua estrutura o valor recebido pelo Município de Penela no ano de 2006 foi precisamente o mesmo que o recebido em 2005 ou seja 3.733.094,00€. Podemos ver no gráfico seguinte a evolução dos Fundos Municipais de 2005 para 2006.



-----  
Indicadores-----

Indicadores	Ano 2005	Ano 2006
Fundos Municipais/Receita Total	55,43%	57,40%
Fundos Municipais/Despesa Total	55,43%	57,41%
Fundos Municipais por Km2	27.693,58 €	27.693,58 €
Fundos Municipais per capita	566,13 €	566,13 €



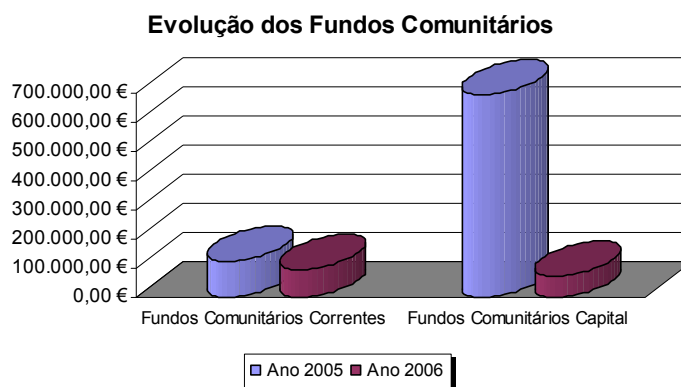
Dos indicadores acima referidos podemos constatar um aumento do seu peso em cerca de 2% em relação à receita e à despesa total em virtude da sua cobrança total ter diminuído no ano de 2006. ----

*Fundos Comunitários* -----

*Evolução dos Fundos Comunitários* -----

Quadro - Evolução dos Fundos Comunitários				
Designação	Ano 2005	Ano 2006	Var.Abs	Var %
Fundos Comunitários Correntes	122.180,38 €	95.430,02 €	-26.750,36	-21,89%
Fundos Comunitários Capital	696.382,85 €	72.458,18 €	-623.924,67	-89,60%
Total dos Fundos Comunitários	818.563,23	167.888,20	-650.675,03	-79,49%

Poderemos ver de seguida uma representação gráfica da evolução dos fundos comunitários do ano 2005 para o ano 2006. -----



Constata-se uma diminuição global de 79,49% nos Fundos Comunitários em 2006, sendo que os Correntes tiveram uma diminuição de 21,89%, e os de Capital tiveram um decréscimo de 89,60%. Esta diminuição deve-se ao facto de o ano de 2006 coincidir com o final de um Quadro Comunitário de Apoio onde as obras candidatas se encontram quase todas concluídas pelo que os valores a receber pelo Município nesta altura são diminutos. Os valores recebidos e inseridos nesta rubrica referem-se sobretudo à execução do Programa Agris. -----

*Endividamento Autárquico* -----

*Curto Prazo* -----

Relativamente a empréstimos de curto prazo o Município, tal como em 2005, não recorreu a este tipo de receita. -----

*Médio e Longo Prazo* -----

Relativamente a empréstimos de médio e longo prazo, o Município, no ano de 2006, arrecadou 807.993,00€ deste tipo de receita, enquanto no ano de 2005 arrecadou 525.467,64€. pelo que se verifica um aumento de 53,77% em relação ao ano anterior. -----

Endividamento Autárquico				
Designação	Ano 2005	Ano 2006	Var.Abs	Var %
Passivos Financeiros	525.467,64 €	807.993,00 €	282.525,36 €	53,77%

*Indicadores* -----

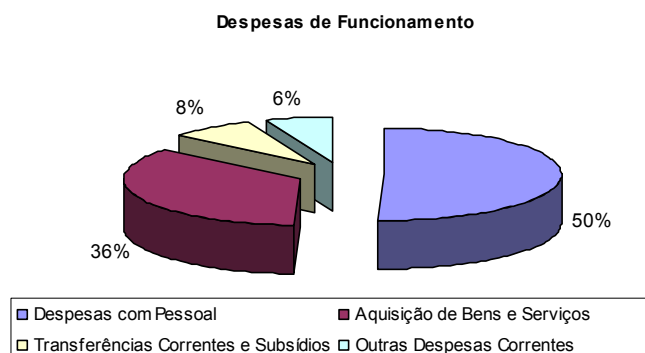
Indicadores	Ano 2005	Ano 2006
Passivos financeiros/Receita Total	7,80%	12,42%
passivos Financeiros/Despesa Total	7,80%	12,43%
Passivos Financeiros por Km2	3.898,13 €	5.994,01 €
Passivos Financeiros per capita	79,69 €	122,53 €

Dos indicadores acima referidos podemos constatar que os passivos financeiros aumentaram o seu peso quer em relação à receita total quer em relação à despesa total. Verifica-se também um aumento dos passivos financeiros por Km2 e per capita. -----

Aplicação dos Recursos Financeiros-----

*Despesas de Funcionamento*-----

*Estrutura das Despesas de Funcionamento* -----



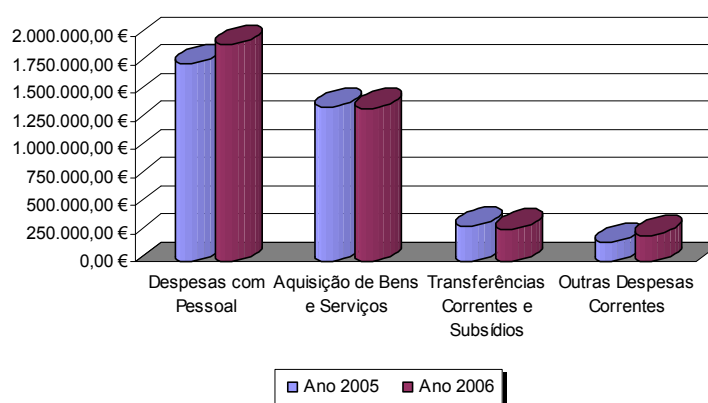
Em qualquer organização existe um conjunto de despesas consideradas essenciais para o funcionamento da entidade, que coincidem quase todas com as despesas correntes. Excluem-se os encargos financeiros com o serviço da dívida, bem como as despesas com a execução de projectos efectuados por Administração Directa. Da análise do gráfico constatamos que 50% das despesas de funcionamento dizem respeito às despesas com pessoal, 36% à aquisição de bens e serviço, 8% às transferências e subsídios e 6% às outras despesas correntes.-----

*Evolução das Despesas de Funcionamento*-----

Quadro - Evolução das Despesas de Funcionamento				
Descrição	Ano 2005	Ano 2006	Var Abs.	Var (%)
Despesas com Pessoal	1.756.171,17 €	1.929.694,02 €	173.522,85 €	9,88%
Aquisição de Bens e Serviços	1.376.567,04 €	1.364.540,23 €	-12.026,81 €	-0,87%
Transferências Correntes e Subsídios	312.373,12 €	290.128,17 €	-22.244,95 €	-7,12%
Outras Despesas Correntes	171.030,80 €	235.554,93 €	64.524,13 €	37,73%
Total	3.616.142,13 €	3.819.917,35 €	203.775,22 €	5,64%

Poderemos ver no gráfico seguinte a evolução das despesas de funcionamento de 2005 para 2006. ---

**Evolução das Despesas de Funcionamento**



Da análise dos dados verificamos que o aumento mais significativo na estrutura das despesas de funcionamento se deve ao aumento de 173.522,85€ verificado na rubrica de despesas com pessoal. Em seguida estão as outras despesas correntes, com um acréscimo de 64.524,13€. A aquisição de bens e serviços e as transferências correntes subsídios apresentam um decréscimo de 12.026,81€ e 22.244,95€ respectivamente.-----

*Indicadores*

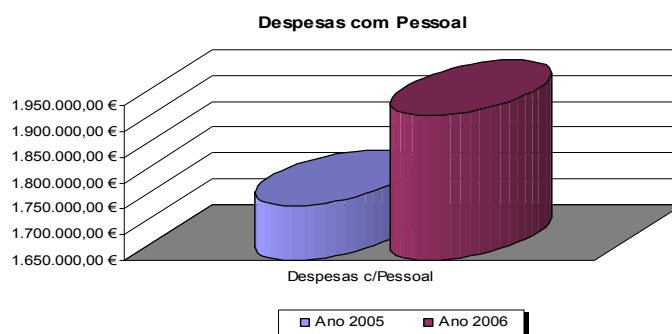
De seguida apresentamos um quadro com a evolução de alguns indicadores das despesas de funcionamento.

Indicadores	Ano 2005	Ano 2006
Despesas de Funcionamento/Receitas Correntes	96,08%	95,71%
Despesas de Funcionamento/Despesas Correntes	99,38%	98,55%
Despesas de Funcionamento/Despesas Totais	53,69%	58,75%
Despesas de Funcionamento por Km2	26.825,98 €	28.337,67 €
Despesas de Funcionamento per capita	548,40 €	579,30 €

Da análise dos indicadores apresentados constatamos que o Município apresenta elevadas despesas de funcionamento, e que estas, no ano 2006, representam 95,71% das receitas correntes e 98,55% das despesas correntes. Ao nível das despesas totais 58,75% das despesas são absorvidas por despesas de funcionamento verificando-se um aumento de cerca de 5% relativamente ao ano 2005.

*Despesas com Pessoal**Evolução das Despesas com Pessoal*

Descrição	2005	2006	Var Abs.	Var (%)
Remunerações certas e Permanentes	1.448.603,79 €	1.522.533,07 €	73.929,28 €	5,10%
Abonos Variáveis ou eventuais	44.244,79 €	90.473,95 €	46.229,16 €	104,48%
Segurança Social	263.322,59 €	316.687,00 €	53.364,41 €	20,27%
Total Despesas com Pessoal	1.756.171,17 €	1.929.694,02 €	173.522,85 €	9,88%



A rubrica despesas com pessoal cresceu em termos absolutos 173.522,85€, correspondendo a um aumento de 9,88%. Podemos verificar no quadro acima que as remunerações certas e permanentes tiveram um aumento de 73.929,28€ correspondente a um aumento de 5,10% e que se deve essencialmente a um acréscimo no valor de 29.758,56€ nas remunerações dos membros dos órgãos autárquicos, do acréscimo de 10.037,76€ nas remunerações do pessoal do quadro; do acréscimo de 21.232,65€ nas remunerações de subsídios de férias e natal; do acréscimo de 5.808,52€ nas despesas de representação e do acréscimo de 5.543,25€ nas despesas de subsídios de refeição.

Os outros abonos em numerário ou espécie tiveram um acréscimo de 46.229,16€ correspondente a um aumento de 104,48% resultante do acréscimo no valor de 9.455,65€ de horas extraordinárias e do acréscimo de 31.401,12€ dos subsídios de reintegração atribuídos a ex – vereadores.

As despesas de segurança social tiveram um aumento de 53.364,41€ correspondente a um aumento de 9,88% resultante do aumento das despesas com segurança social nomeadamente na assistência na doença dos funcionários e na segurança social dos funcionários públicos imposto pelo Estado que passou de 10% para 13%. Assim, as despesas com a Caixa Geral de Aposentações aumentaram 32.192,87€; as despesas com a segurança social aumentaram 8.253,41€ e os acidentes de serviço e doenças profissionais que aumentaram 13.975,72€.

*Indicadores das Despesas com Pessoal*

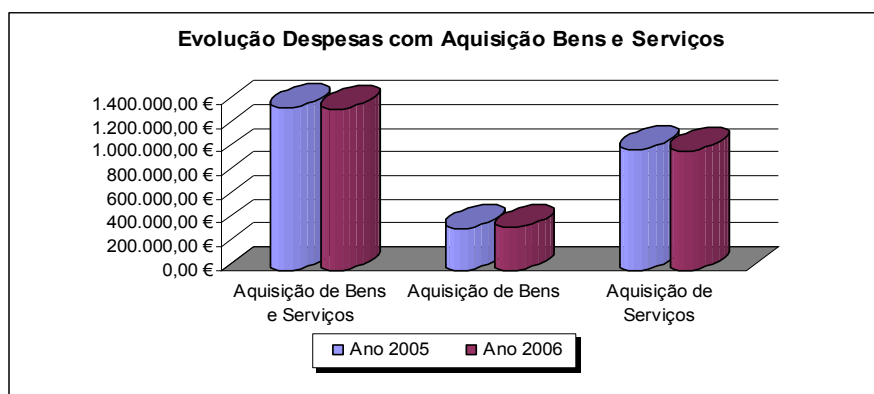
Indicadores	2005	2006
Despesas com Pessoal/Receitas Correntes	46,66%	48,35%
Despesas com Pessaol/Despesas Correntes	48,26%	49,79%
Despesas com Pessoal/Despesas Totais	26,08%	29,68%
Despesas com Pessoal por Km2	13.027,98 €	14.315,24 €
Despesas com Pessoal per capita	266,33 €	292,64 €

Da análise dos indicadores e tal como já referimos anteriormente, a rubrica das despesas com pessoal tem um peso significativo nesta organização. O peso das despesas com pessoal na despesa total aumentou de 26% em 2005 para 29% em 2006. -----

Aquisição de bens e serviços -----

*Evolução das despesas relativas à aquisição de bens e serviços*-----

Descrição	Ano 2005	Ano 2006	Var Abs.	Var (%)
Aquisição de Bens e Serviços	1.376.567,04 €	1.364.540,23 €	-12.026,81 €	-0,87%
Aquisição de Bens	353.388,02 €	355.316,42 €	1.928,40 €	0,55%
Aquisição de Serviços	1.023.179,02 €	1.009.223,81 €	-13.955,21 €	-1,36%



Da análise do gráfico e dos dados apresentados verificamos que a diminuição de 0,87% verificado na rubrica da aquisição de bens e serviços, tem a sua origem mais significativa, em termos percentuais, nas despesas com aquisição de serviços que apresenta uma variação negativa de 1,36%, correspondente a 13.955,21€. A aquisição de bens apresenta um aumento de 0,55% com o valor de 1.928,40€. -----

*Indicadores de Despesas com a Aquisição de Bens e Serviços* -----

Indicadores	Ano 2005	Ano 2006
Despesas c/ Aquisição de bens e serviços/Receitas Correntes	36,57%	34,19%
Despesas c/ Aquisição de Bens e Serviços/Despesas Correntes	37,83%	35,21%
Despesas c/ Aquisição de Bens e Serviços/Despesas Totais	20,44%	20,99%
Despesas c/ Aquisição de bens e Serviços por Km2	10.211,92 €	10.122,70 €
Despesas c/ Aquisição de Bens e Serviços per capita	208,76 €	206,94 €

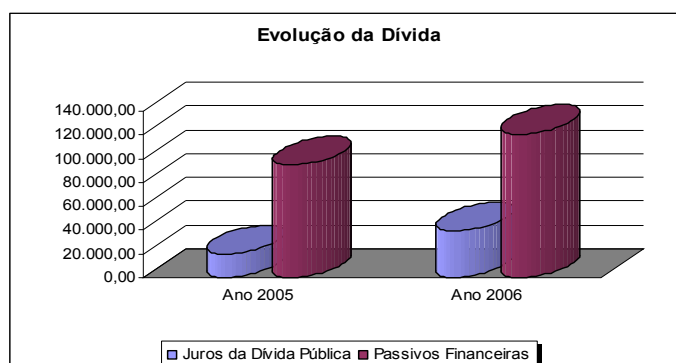
Da análise dos indicadores verificamos, como já referimos anteriormente, que houve uma diminuição das aquisições de bens e serviços, sendo que, estas despesas absorvem 34,19% das receitas correntes e 35,21% das despesas correntes. As despesas com a aquisição de bens e serviços correntes absorvem ainda 20,99% das despesas totais do Município em 2006. -----

Serviço da Dívida -----

*Evolução do Serviço da Dívida* -----

Descrição	Ano 2005	Ano 2006	Var Abs.	Var (%)
Juros da Dívida Pública	19.975,28	39.116,83	19.141,55	95,83%
Passivos Financeiras	94.783,97 €	121.044,39 €	26.260,42	27,71%

No gráfico seguinte encontra-se representada a evolução do serviço da dívida de 2005 para 2006.-----



O Serviço da Dívida, constituído pelas despesas decorrentes do financiamento da actividade da autarquia no desenvolvimento das suas atribuições, nomeadamente através do recurso a empréstimos a médio e longo prazo, teve um acréscimo nos juros da dívida pública de 95,83%. Os passivos financeiros decorrentes das amortizações de empréstimos bancários tiveram um acréscimo de 27,71%.-----

*Indicadores de Despesas com o Serviço da Dívida* -----

Indicadores	Ano 2005	Ano 2006
Despesas c/ Serviço da Dívida/Receitas Correntes	3,05%	4,01%
Despesas c/ Serviços da Dívida/Despesas Correntes	3,15%	4,13%
Despesas c/ Serviços da Dívida/Despesas Totais	1,70%	2,46%
Despesas c/ Serviço da Dívida por Km2	851,33 €	1.188,14 €
Despesas c/ Serviço da Dívida per capita	17,40 €	24,29 €

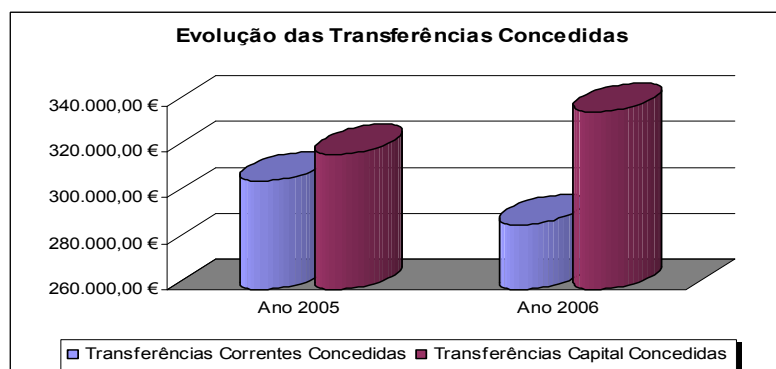
Podemos verificar que as despesas com o serviço da dívida representam 4,01% das receitas correntes e 4,13% das despesas correntes. O serviço da dívida absorve 2,46% do total da despesa.-----

*Apoios Concedidos a Terceiros* -----

*Evolução dos apoios concedidos a terceiros* -----

Descrição	Ano 2005	Ano 2006	Var Abs.	Var (%)
Transferências Correntes Concedidas	307.023,12 €	288.428,17 €	-18.594,95 €	-6,06%
Transferências Capital Concedidas	318.855,60 €	337.106,62 €	18.251,02 €	5,72%

Podemos ver de seguida uma representação gráfica da evolução dos apoios concedidos a terceiros de 2005 para 2006.-----



Os apoios concedidos a terceiros pelo Município consistiram em transferências correntes e de capital. As transferências correntes compreendem as importâncias concedidas sem qualquer contrapartida, quando retiradas do rendimento corrente da autarquia para financiar despesas correntes do destinatário. Encontram-se nesta situação as transferências para apoios ao normal funcionamento das associações e realização de actividades. As de capital destinam-se ao financiamento de despesas de capital das unidades receptoras. Encontram-se nesta situação as transferências para obras do Pólo de Penela da ETP Sicó, das obras de reabilitação do antigo hospital da Misericórdia, das sedes de associações, da recuperação do património cultural construído, etc. Podemos verificar que houve um decréscimo das transferências correntes concedidas em 6,06% e um acréscimo das transferências de capital concedidas em 5,72%.

-----  
Indicadores -----

Indicadores	2005	2006
Apoios Concedidos/Receitas Totais	9,29%	9,62%
Apoios Concedidos/Despesas Totais	9,29%	9,62%
Apoios Concedidos por Km2	4.643,02 €	4.640,47 €
Apoios Concedidos per capita	94,92 €	94,86 €

Podemos verificar que os apoios concedidos representam 9,62% das receitas e das despesas totais.--

Evolução e Estrutura das GOP's por Objectivos e Programas-----

Não se esgotando a análise económica do desempenho do Município no grau de execução das diversas obras, é inquestionável que esta se afigura indispensável a uma análise sectorial da despesa municipal, como forma de aferir quais os Objectivos e Programas abrangidas pela actividade municipal.-----

Nos Quadros seguintes poderemos observar um resumo dos montantes previstos e executados das Grandes Opções do Plano por objectivo, com as respectivas taxas de execução e peso relativo da execução de cada um no total da despesa inscrita nos documentos previsionais.-----

Execução das Grandes Opções do Plano por Objectivos					
Objectivo	Dotação Prevista Final	Montante Comprometido	Montante Realizado	Montante Pago	Divida
01-Educação	777.250,00 €	653.273,57 €	604.102,51 €	394.862,31 €	209.240,20 €
02 - Cultura	1.177.850,00 €	894.233,47 €	859.392,66 €	310.305,43 €	549.087,23 €
03 - Juventude e Desporto	527.150,00 €	468.614,93 €	439.540,75 €	266.662,98 €	172.877,77 €
04 - Saúde e Social	146.500,00 €	142.209,18 €	106.075,44 €	86.075,44 €	20.000,00 €
05 - Planeamento e Urbanismo	1.084.890,00 €	1.001.919,11 €	671.838,88 €	328.270,83 €	343.568,05 €
06 - Infraestruturas Básicas	2.184.400,00 €	2.001.734,19 €	1.475.796,85 €	653.073,65 €	822.723,20 €
07 - Desenvolvimento Económico	2.175.070,00 €	1.942.087,27 €	1.358.616,57 €	916.776,16 €	441.840,41 €
08 - Ambiente e Protecção Civil	314.250,00 €	286.910,21 €	282.451,10 €	250.332,32 €	32.118,78 €
09 - Associativismo	60.800,00 €	57.035,53 €	46.909,17 €	46.909,17 €	0,00 €
10 - Edifícios Municipais	649.000,00 €	584.859,45 €	375.877,25 €	131.132,16 €	244.745,09 €
11 - Cons. e Aprov. Serv. Municipais	391.250,00 €	322.611,84 €	307.024,08 €	221.460,39 €	85.563,69 €
Total 2006	9.488.410,00 €	8.355.488,75 €	6.527.625,26 €	3.605.860,84 €	2.921.764,42 €

Da análise dos quadros anteriores podemos verificar quais os montantes e quais as taxas de execução dos objectivos do ponto de vista dos compromissos, das realizações e dos pagamentos efectuados no ano de 2006. Assim, podemos verificar que, relativamente aos compromissos assumidos e ao montante executado os objectivos que maior peso representam são: Infra-estruturas Básicas, Desenvolvimento Económico, Planeamento e Urbanismo, Cultura e Educação. Relativamente aos pagamentos efectuados os objectivos que maior peso representam são: Desenvolvimento Económico, Infra-estruturas Básicas, Educação, Planeamento e Urbanismo e Cultura.-----

Na óptica dos compromissos a taxa de execução das Grandes Opções do plano apresenta um bom nível de execução uma vez que dos 9.488.410,00€ orçamentados foram comprometidos 8.355.488,75€ a que corresponde uma taxa de execução de 88,06%. O desvio verificado no valor de 1.132.921,25€ corresponde a uma taxa de 11,94% que falta comprometer.-----

Na óptica das realizações a taxa de execução da despesa apresenta um bom nível de execução uma vez que dos 8.355.488,75€ comprometidos foram realizados 6.527.625,26€ a que corresponde uma taxa de execução ou seja, de obra realizada e facturada de 68,80% relativamente à dotação prevista e de 78,12% relativamente ao montante dos compromissos assumidos. -----

Na óptica dos pagamentos a taxa de execução da despesa ascende ao valor de 3.605.860,84€ a que corresponde uma taxa de 38,00% relativamente à dotação prevista, de 43,16% relativamente aos compromissos assumidos e de 55,24% relativamente à obra realizada e facturada. -----

Do ponto de vista da dívida a terceiros o valor ascende a 2.921.764,42€ à qual corresponde uma taxa de 44,76% relativamente à obra realizada e facturada. -----

De seguida apresentamos um resumo da execução do Plano Plurianual de Investimentos por Objectivos:-----

Execução do Plano Plurianual Investimentos por Objectivos					
Objectivo	Dotação Prevista Final	Montante Comprometido	Montante Realizado	Montante Pago	Dívida
01-Educação	236.600,00 €	193.471,75 €	148.392,38 €	74.847,63 €	73.544,75 €
02 - Cultura	819.950,00 €	682.077,25 €	657.829,79 €	201.614,72 €	456.215,07 €
03 - Juventude e Desporto	357.400,00 €	305.707,04 €	277.111,42 €	116.330,07 €	160.781,35 €
04 - Saúde e Social	1.250,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
05 - Planeamento e Urbanismo	1.017.000,00 €	940.354,73 €	649.333,67 €	313.611,71 €	335.721,96 €
06 - Infraestruturas Básicas	2.044.950,00 €	1.880.720,73 €	1.375.478,96 €	597.277,45 €	778.201,51 €
07 - Desenvolvimento Económico	1.512.100,00 €	1.360.283,20 €	793.347,08 €	513.179,70 €	280.167,38 €
08 - Ambiente e Protecção Civil	43.350,00 €	32.147,56 €	31.439,35 €	17.093,81 €	14.345,54 €
09 - Associativismo	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
10 - Edifícios Municipais	648.000,00 €	584.801,76 €	375.819,56 €	131.074,47 €	244.745,09 €
11 - Cons. e Aprov. Serv. Municipais	260.250,00 €	198.665,33 €	192.948,22 €	160.523,54 €	32.424,68 €
Total 2006	6.940.850,00 €	6.178.229,35 €	4.501.700,43 €	2.125.553,10 €	2.376.147,33 €

Da análise dos quadros anteriores podemos verificar que, relativamente aos compromissos assumidos e ao montante executado os objectivos que mais peso representam são: Infra-estruturas Básicas, Desenvolvimento Económico, Planeamento e Urbanismo e Cultura. Relativamente aos pagamentos efectuados os objectivos que mais peso representam são: Infra-estruturas Básicas, Desenvolvimento Económico, Planeamento e Urbanismo e Cultura. -----

Na óptica dos compromissos a taxa de execução do Plano Plurianual de Investimentos apresenta um bom nível de execução uma vez que dos 6.940.850,00€ orçamentados foram comprometidos 6.178.229,35€ a que corresponde uma taxa de execução de 89,01%. O desvio verificado no valor de 762.620,65€ corresponde uma taxa de 10,99% que falta comprometer. -----

Na óptica das realizações a taxa de execução da despesa apresenta um bom nível de execução uma vez que dos 6.178.229,35€ comprometidos foram realizados 4.501.700,43€ a que corresponde uma taxa de execução ou seja, de obra realizada e facturada de 64,86% relativamente à dotação prevista e de 72,86% relativamente ao montante dos compromissos assumidos.-----

Na óptica dos pagamentos a taxa de execução da despesa ascende ao valor de 2.125.553,10€ a que corresponde uma taxa de 30,62% relativamente à dotação prevista, de 34,40% relativamente aos compromissos assumidos e de 47,22% relativamente à obra realizada e facturada.-----

Do ponto de vista da dívida a terceiros o valor ascende a 2.376.147,33€ à qual corresponde uma taxa de 52,78% relativamente à obra realizada e facturada.-----

De seguida apresentamos um resumo da execução das Actividades mais relevantes por Objectivos:---

Execução das Actividades Mais Relevantes por Objectivos					
Objectivo	Dotação Prevista Final	Montante Comprometido	Montante Realizado	Montante Pago	Divida
01-Educação	540.650,00 €	459.801,82 €	455.710,13 €	320.014,68 €	135.695,45 €
02 - Cultura	357.900,00 €	212.156,22 €	201.562,87 €	108.690,71 €	92.872,16 €
03 - Juventude e Desporto	169.750,00 €	162.907,89 €	162.429,33 €	150.332,91 €	12.096,42 €
04 - Saúde e Social	145.250,00 €	142.209,18 €	106.075,44 €	86.075,44 €	20.000,00 €
05 - Planeamento e Urbanismo	67.890,00 €	61.564,38 €	22.505,21 €	14.659,12 €	7.846,09 €
06 - Infraestruturas Básicas	139.450,00 €	121.013,46 €	100.317,89 €	55.796,20 €	44.521,69 €
07 - Desenvolvimento Económico	662.970,00 €	581.804,07 €	565.269,49 €	403.596,46 €	161.673,03 €
08 - Ambiente e Protecção Civil	270.900,00 €	254.762,65 €	251.011,75 €	233.238,51 €	17.773,24 €
09 - Associativismo	60.800,00 €	57.035,53 €	46.909,17 €	46.909,17 €	0,00 €
10 - Edifícios Municipais	1.000,00 €	57,69 €	57,69 €	57,69 €	0,00 €
11 - Cons. e Aprov. Serv. Municipais	131.000,00 €	123.946,51 €	114.075,86 €	60.936,85 €	53.139,01 €
Total 2006	2.547.560,00 €	2.177.259,40 €	2.025.924,83 €	1.480.307,74 €	545.617,09 €

Da análise dos quadros anteriores podemos verificar que, relativamente aos compromissos assumidos e ao montante executado os objectivos que mais peso representam são: Desenvolvimento Económico, Educação, Ambiente e Protecção Civil, Cultura e Juventude e Desporto. Relativamente aos pagamentos efectuados os objectivos que mais peso representam são: Desenvolvimento Económico, Educação, Ambiente e Protecção Civil, Juventude e Desporto e Cultura.

Na óptica dos compromissos a taxa de execução das Actividades Mais Relevantes apresenta um bom nível de execução uma vez que dos 2.547.560,00€ orçamentados foram comprometidos 2.177.259,40€ a que corresponde uma taxa de execução de 85,46%. O desvio verificado no valor de 370.300,60€ corresponde uma taxa de 14,54% que falta comprometer.

Na óptica das realizações a taxa de execução da despesa apresenta um bom nível de execução uma vez que dos 2.177.259,40€ comprometidos foram realizados 2.025.924,83€ a que corresponde uma taxa de execução ou seja, de actividades realizadas e facturadas de 79,52% relativamente à dotação prevista e de 93,05% relativamente ao montante dos compromissos assumidos.

Na óptica dos pagamentos a taxa de execução da despesa ascende ao valor de 1.480.307,74€ a que corresponde uma taxa de 58,11% relativamente à dotação prevista, de 67,99% relativamente aos compromissos assumidos e de 73,07% relativamente à obra realizada e facturada.

Do ponto de vista da divida a terceiros o valor ascende a 545.617,09€ à qual corresponde uma taxa de 26,93% relativamente à obra realizada e facturada.

Depois destes pequenos resumos, importa deixar aqui uma breve reflexão sobre o desempenho da Autarquia ao nível de cada um dos Objectivos.

### **Educação**

Constata-se que este objectivo assume a 5ª posição em termos de maior peso no total das GOP (9,25%). Merece especial destaque, embora sem representação financeira a condizer, a elaboração da **Carta Educativa do Município** – documento imprescindível para a definição da estratégia municipal para a Educação, nomeadamente no que se refere ao estabelecimento de prioridades ao nível dos equipamentos escolares de 1º CEB – e a realização do **I Fórum da Educação** – um espaço de debate das múltiplas questões que envolvem a educação que trouxe ao nosso concelho alguns especialistas desta área.

A partir de Novembro, no âmbito do Despacho da Ministra da Educação, disponibilizámos a todos os alunos dos quatro anos do 1º CEB um conjunto de Actividades de Enriquecimento Curricular composto por Inglês, Música e Educação Física. Os custos com transportes, professores e auxiliares são da responsabilidade da Câmara, participando o Ministério da Educação com 250,00 € por aluno e por ano lectivo.

Ao nível das instalações, beneficiámos o edifício e reabilitámos o espaço exterior da Escola Básica do 1º Ciclo de Santo Amaro e focalizámos a nossa acção nas pequenas, mas importantes, intervenções no parque escolar e na renovação de algum equipamento mais desgastado, garantindo um mínimo de condições para o desempenho da actividade lectiva (Por exemplo: Escolas do 1º CEB de Podentes, Cerejeiras e Cumieira, Espinhal, Infesto e Grocinas).



Mantivemos o serviço de refeições continuando assim a garantir a todas as crianças que frequentam os estabelecimentos de ensino do concelho uma refeição quente.-----  
No sentido de incutir nos hábitos das crianças a necessidade de proceder à separação dos resíduos, distribuímos um mini ecoponto por todos os Jardins-de-infância e Escolas do 1º CEB do concelho, pretendendo assim dar mais um contributo também para a manutenção da Escola limpa.-----  
Realizámos quatro cursos Sócio-educativos, no âmbito dos Cursos de Formação Artesanal 2006 – Tapeçaria em Arraiolos, no Centro Social Polivalente do Rabaçal; Culinária, na EB 1 da Cumieira; Artes Decorativas, na Escola Tecnológica e Profissional de SICÓ, em Penela; e Bainhas Abertas, na Junta de Freguesia de Podentes – proporcionando novas valências educativas e domésticas com repercussão na eficácia da gestão dos recursos familiares e, conseqüentemente, sua qualidade de vida.-----  
Impõe-se ainda uma referência, embora sucinta, a algumas actividades desenvolvidas em parceria com os diversos estabelecimentos de ensino:-----

- Realização do **Cortejo de Carnaval**;-----
- Comemoração da **Semana da Natureza e da Espeleologia**;-----
- **Feira do Livro**;-----
- Comemoração do **Dia Mundial da Criança**;-----
- Comemoração do **Dia Mundial do Ambiente**;-----
- **III Encontro Temático “As crianças e a Segurança Rodoviária”**-----
- Realização de transportes com os autocarros da Câmara para visitas de estudo das crianças dos Jardins de Infância, das Escolas do 1º ciclo do Ensino Básico e da Escola Básica Integrada Infante D. Pedro.-----

#### **Cultura**-----

Este objectivo, com uma realização relativa de 13,17% tem o seu expoente máximo de execução na Biblioteca e Auditório Municipal – com a conclusão da obra de construção civil, aquisição do mobiliário, equipamento informático (hardware e software) e fundos documentais para a **Biblioteca e** de equipamento para projecção de cinema no **Auditório Municipal** – equipamentos que constituem uma inequívoca mais valia para o concelho, ao proporcionarem às populações um vasto conjunto de actividades de âmbito cultural e de lazer. A prová-lo ficam os números: 800 leitores inscritos na Biblioteca e mais de uma centena de uma centena de espectadores por fim de semana no Cinema.-----  
Importa ainda referenciar, pela sua importância para o desenvolvimento integrado do concelho, a contínua melhoria do Espaço Museu e da Estação Arqueológica da Villa Romana do Rabaçal (obras na estação e equipamento para o Museu), o apoio à realização de actividades de carácter cultural e recreativo e o apoio à recuperação de património cultural construído.-----  
Participámos activamente na Feira Medieval em colaboração com o Agrupamento de Escolas Infante D. Pedro e a respectiva Associação de Pais e Encarregados de Educação, com o intuito de, aproveitando o excelente cenário do Castelo, fazer deste evento um acontecimento de referência.-----  
Ainda no aproveitamento e valorização do castelo, realizámos o Fim-de-semana da Juventude Concelhia proporcionando um conjunto de espectáculos especialmente vocacionado para as gentes mais novas e participámos no Programa Sons do Património, organizado pelo IPPAR, com um concerto do Grupo “GINGA”.-----  
Alterámos a localização do Espaço Internet para a Biblioteca Municipal, continuando a proporcionar diariamente o acesso gratuito a dezenas de utilizadores.-----  
Sem ser exaustivo, importa reportar aqui algumas das iniciativas em que estivemos envolvidos ao nível da realização ou ao nível da colaboração com outras entidades.-----

- **Criámos em parceria com as Filarmónicas do Espinhal e de Penela a Academia de Música para o ensino de música instrumental**;-----
- **Inverno Cultural – 5/02/2006 a 25/02/2006**
- **Encontros Preparatórios das IIIªs Jornadas das Terras de Sicó – 07 de Abril**-----
- **I Mostra de Produtos Endógenos e Festa da Gastronomia – 22 a 25/04**-----
- **Recriação Histórica – Feira Antiga, 25 de Abril**-----
- **Semana do Livro e da Cultura – 23 a 30/04**-----
- **Exposição “Da Terra à Terra, do Templo ao Museu” – Dia internacional dos Museus, 18 de Maio**-----

- VIII Feira Medieval, 26 a 28 de Maio (em colaboração com o Agrupamento de Escolas Infante D. Pedro e a respectiva Associação de Pais e Encarregados de Educação) -----
- Colaboração no Projecto Comenius 2006: Visita ao Castelo, Visita ao CISED e percurso pedestre, 23 a 31 de Maio -----
- Participação na Exposição com Stand do CISED e apoio à participação da representação do Município nas tasquinhas que integraram o certame.-----
- Concurso de Fotografia Digital “Do Calcário ao Xisto...pelo Concelho de Penela”, 20 de Maio -----
- Reabertura do Castelo e Espaço Museológico de Arte de Sacra de Penela - Concerto com Pedro Barroso, 1 de Junho-----
- V Capítulo da Confraria do Queijo do Rabaçal, 30 de Abril -----
- Sons no Património – Concerto com “Ginga” do Atneu de Coimbra, 23 de Junho -----
- Exposição de Pintura de Carlos Madeira no Museu da *Villa Romana* do Rabaçal “D. Quixote e Sancho Pança”, Julho a Setembro de 2006 -----
- Convívio da Casa do concelho de Penela, em Lisboa, 20 de Julho -----
- Comemorações do Centenário da Vila do Espinhal, 23 de Junho, 01, 15 e 16 de Julho -----
- **Festitradições** – Colaborámos com a CERCIPenela na realização do Festival de Folclore – Festitradições, no Auditório Municipal, com a participação de grupos de danças Folclóricas “Ponzan” (Polónia) e “Trapichito” da Venezuela”, 21 de Julho-----
- Reabertura das Represas Naturais da Louçainha – Concerto com Mário Mata, 8 de Julho-----
- Concerto da Sociedade Filarmónica Penelense, 22 de Julho -----
- I Curso de Verão – Património e Sustentabilidade no Maciço de Sicó, 15 e 16 de Setembro---
- Curso de Iniciação à Fotografia de Natureza, 22 a 24 de Setembro -----
- Rota das Artes – Exposição de Artes Plásticas, 8 de Setembro -----
- XIV Fagrip – Feira Agrícola, Comercial e Industrial de Penela, 28 de Setembro a 1 de Outubro. -----
- Percursos Pedestres do Grupo de Montanha do Clube de Campismo e Caravanismo de Coimbra – 7 e 8 de Outubro -----
- I Open Vila de Penela – VII G.P. de Orientação do N.A.D.A. – Provas de Orientação pontuáveis para a Taça FPO Norte, 21 de Outubro -----
- Marionetas ao Centro, 23 a 29 de Outubro -----
- Concerto de Saxofones de Jean Yves Fourmeau 19 de Novembro -----
- Exposição de Pintura – “A criação do mundo ou a tentação de existir” ,04 a 26 de Novembro. -----
- Magusto e apresentação sobre as grutas do Sistema Espeleológico do Dueça, 26 de Novembro -----
- Comemorações dos 30 Anos do Poder Local - 13 a 17 de Dezembro -----
- Hora do Conto - Todos os Sábados -----
- **Penela, Vila Presépio, de 10 de Dezembro a 7 de Janeiro de 2007** -----
- Participação, ao nível da definição e inventariação de sítios, nos trabalhos preparatórios de criação de circuitos pedestres de âmbito cultural;-----
- Apoio à recuperação de **fontanários e alminhas** ao longo de toda a área concelhia, em parceria com as Juntas de Freguesia;-----
- Campanha Anual de Trabalhos Arqueológicos na **Villa Romana do Rabaçal**, -----
- Concepção e organização de **visitas guiadas** à Villa Romana do Rabaçal, aos Castelos de Penela e do Germanelo e, ainda, às Vilas de Penela e Espinhal; -----
- Exposições-----
  - Da Terra à Terra, do Templo ao Museu. Sala de exposições temporárias do Espaço Museu da Villa Romana do Rabaçal. -----
  - D. Quixote e Sancho Pança – Pintura de Carlos Madeira. Sala de exposições temporárias do Espaço Museu da Villa Romana do Rabaçal. -----
  - Rota das Artes – Exposição de Arte Contemporânea. Espaço Internet. -----

- 7º Encontro Internacional de Arte Jovem. Sala de Exposições temporárias da Biblioteca Municipal;-----

### Juventude e Desporto -----

Embora com uma realização que pouco ultrapassa os 6% das GOP, este objectivo, assente num vasto conjunto de acções imateriais, projecta-se muito para além do que os números deixam transparecer, sem descurar, no entanto, algumas intervenções ao nível das infraestruturas e equipamentos desportivos, como é o caso da reabilitação do Polidesportivo de Podentes e da reparação do Campo de Ténis de Penela, infraestruturas que visam potenciar a prática desportiva em geral e a dinamização de novas modalidades em particular. -----

As restantes acções deste objectivo centraram-se na dinamização e animação da prática desportiva e do aproveitamento dos tempos livres, com a realização (organizadas ou apoiadas pela Câmara) de mais de meia centena de actividades, de que são exemplo:-----

- As 4ª Feiras Desportivas; -----
- Piscina Sénior; -----
- Torneios de Basquetebol (3x3), Voleibol de Ar Livre, Street- Soccer, Hóquei de Rua, Andebol de 5;-----
- Jogos (2) e Encontro Convívio de Velhas Guardas de Concelho de Penela – Fut 11;-----
- Torneio Veteranos de Futsal;-----
- Festivais de Natação;-----
- Torneio Tiro com Arco + Remo Indor + Ténis de Mesa (cerca de 50 participantes em modalidades desportivas inovadora no concelho);-----
- Torneio de Futsal das Ferrarias (dinamização de equipamentos desportivos);-----
- Férias Desportivas (do Carnaval, da Páscoa, do Verão e do Natal são uma mais valia para o processo de crescimento global das nossas crianças e jovens); -----
- 12 Horas NON STOP;-----
- Passeios BTT (2); -----
- Encontro Regional de Gira-Volei (com cerca de 120 participantes é também já uma actividade a realçar);-----
- Torneio Futsal Polidesportivos – Concelho (envolve só participantes do Concelho e visa dinamizar os equipamentos desportivos);-----
- Encontros (2) de Jogos Tradicionais;-----
- Ginástica na Praça;-----
- Atletismo do 25 de Abril; -----
- Semana do Desporto;-----
- Torneio (Iniciação) de Ténis de Mesa e Atletismo (Modalidades Técnicas);-----
- Torneio de Voleibol de Ar Livre – Duplas;-----
- Torneio (demonstração) de Kayak – Pólo; -----
- Actividades Desportivas do Dia Mundial da Criança (juntou a totalidades das criança do pré-escolar e 1º CEB do concelho, tendo sido uma excelente jornada de incentivo à prática de actividade física);-----
- Encontro Regional de Karaté – Shukokai; -----
- Baptismo de Mergulho com Botija (cerca de 25 participantes puderam experimentar o mergulho com piscina nas piscinas municipais de Penela);-----
- Percurso Pedestre e Caminhadas (4); -----
- Torneio Internacional de Voleibol Lousã-Góis-Penela-Sub16 (durante 5 dias passam por Penela cerca de 800 atletas de voleibol, portugueses e estrangeiros); -----
- Animação das Piscinas Naturais Louçainha (em Agosto, ajuda a divulgar o Concelho e o que este tem de bom); -----
- Ginástica de Verão – Piscina; -----
- “5 horas a Nadar” e 13º Aniversário da Piscina Municipal -----
- Torneio Futsal de Podentes;-----

- Descida do Rio Mondego em Canoagem;-----
- Torneio Futsal Inter-Cercis; -----
- Fim-de-Semana da Juventude (Actividades desportivas)-----;
- Estágio Internacional de Aikido de Penela e Curso de Monitores de Aikido (Semana de 7 a 14 de Agosto, com um total de 130 atletas, que pernoitaram, passearam e se alimentaram no Concelho);-----
- Prova de Ciclismo – Feira do Mel – Espinhal (Integrado no programa das Festas, veio engrandecer a presença de espectadores dos mais diversos locais do País);-----
- “São Miguel Desportivo” (Actividade que no seu todo vem valorizar o programa de Festas);---
- Grande Prémio de Atletismo (22 de Setembro, vieram à prova cerca de 150 atletas com cerca de 10 do Concelho);-----
- Raid Nocturno TT;-----
- Prova de Perícia Automóvel;-----
- Gala de Ténis (Com a presença de dois dos mais conceituados jogadores Portugueses – Bernardo Mota e Nuno Marques – que realizaram um jogo seguido de um “clínico” para jovens participantes do concelho);-----
- Prova de Ciclismo – Alfafar;-----
- Open / Corrida de Orientação (Realizada em 21/10/06, com a presença de 190 participantes que percorreram a quase a totalidade do Concelho a pé).-----
- Realização de transportes para a participação dos alunos da EBI no Programa de **Desporto Escolar**; -----
- Apoio financeiro e material - com a cedência do Parque Multiusos – Desporto, Cultura e Exposições – para a realização pelo Clube Desportivo e Recreativo Penelense dos diversos **Torneios Nacionais de Sueca**, que tanta projecção mediática têm dado ao Município; -----
- Apoio à participação competitiva das equipas de futebol da **Associação Cultural e Recreativa de Podentes** e do **Clube Desportivo e Recreativo Penelense** através do fornecimento de transportes nos autocarros do Município;-----

#### **Solidariedade e Protecção Social**-----

É um objectivo que, pelas áreas de intervenção que abrange apresenta uma enorme dependência da existência de parcerias, quer com instituições particulares quer com os organismos da Administração Central, o que remete o desempenho municipal para uma situação de quase refém das políticas nacionais a este nível. -----

As atribuições municipais no âmbito da Saúde são meramente residuais, enquanto na Acção Social dependem da existência de instrumentos e recursos que cabe à Administração Central definir e disponibilizar. -----

Ainda assim, merece destaque a realização de mais de 100.000 euros de despesa nos apoios concedidos à construção do Lar de Idosos da Fundação Oliveira Guimarães – Espinhal, à adaptação do antigo Hospital da Santa Casa da Misericórdia de Penela, à construção do Centro Paroquial da Cumieira e a outras parcerias com IPSS no combate à exclusão social através, nomeadamente, da beneficiação de habitações. -----

Mas, porque este é um objectivo onde as acções imateriais, e por isso sem correspondência directa nos quadros de realização financeira, assumem um papel preponderante, impõe-se uma referência, ainda que breve: -----

- À promoção de novas parcerias de aprofundamento do trabalho em rede já existente; -----
- À procura de novas metodologias de trabalho vocacionadas para o combate mais eficaz de situações de pobreza e de exclusão social; -----
- Ao fomento da integração social e a efectivação dos direitos de cidadania; -----
- À prestação de apoio Psicossocial (material, informativo e emocional) aos grupos mais vulneráveis; -----
- Ao apoio a actividades culturais, recreativas e de solidariedade social, enquanto instrumentos de integração social e comunitária. -----
- Ao acolhimento, tratamento, orientação, encaminhamento e acompanhamento de situações de carência/risco social; -----

- À realização da Semana do idoso de 07 a 11 de Agosto, na Praia Fluvial da Louçainha com a disponibilização de rede de transporte gratuito e actividades de animação;-----
- À organização da participação de 230 avós do Concelho no programa “Praça da Alegria” - Programa Especial da RTP, “Avós de Portugal”, no Parque das Nações, no dia 26 de Julho; ----
- Ao programa OTL – Encontros intergeracionais com levantamento da etnografia e curiosidades locais em 16 lugares geograficamente mais isolados de cada freguesia;-----
- À participação activa na Comissão de Protecção de Crianças e Jovens (CPCJ) com o estudo e acompanhamento de casos, na organização do **“III Encontro Temático da Comissão de Protecção de Crianças e Jovens e de Penela”**, sobre Alcoolismo e Tabagismo, e todo o apoio logístico e administrativo.-----
- Ao diagnóstico de situações de carência habitacional – levantamento no local, estudo da situação sócio-familiar dos agregados e encaminhamento para apoio ou outra solução; -----
- Ao acompanhamento de 15 famílias no âmbito do Rendimento Social de Inserção; -----
- À Elaboração do Plano de Desenvolvimento Social do Concelho de Penela, para o triénio 2006 – 2009;-----
- À orientação de estágios curriculares de licenciatura em Acção Social no âmbito de protocolo com o Instituto Superior Miguel Torga.-----

### **Planeamento e Urbanismo**-----

Uma primeira nota, desde logo, para a extrema complexidade revelada pelo processo de revisão do PDM e também para a excessiva morosidade (motivada também pelo processo de revisão do PDM) verificada na elaboração dos Planos de urbanização da Cumieira, de Podentes e do Rabaçal, que colocam uma série de constrangimentos ao nível da gestão do território na definição de áreas de expansão urbana com as inevitáveis consequências ao nível da fixação de população.-----

Ao nível da urbanização merece realce a construção do Parque Verde da Quinta da Cerca, no Espinhal, pela qualidade de vida que acresce àquela urbanização e, também, à Vila do Espinhal, enquanto na reabilitação urbana – outra área estratégica na fixação de pessoas através da criação de condições de excepção nos núcleos urbanos consolidados – justificam ser referidas a entrada sul de Penela e recuperação da Fonte Nova, a reabilitação urbana do Rabaçal, a construção da Praça do Rossio (anfiteatro exterior do Parque Multiusos); as obras de requalificação do Largo da Igreja da Cumieira, do Largo das Festas dos Fetais Fundeiros e do Largo da Torre do Chão do Pereiro, a iluminação do Calvário, no Espinhal, entre muitas outras intervenções que, embora de menor dimensão, assumem uma extraordinária importância na melhoria das condições de vida nas nossas vilas e aldeias e no aumento da auto-estima de todos nós que aqui vivemos.-----

### **Infra Estruturas Básicas**-----

Neste objectivo, o mais representativo, numa perspectiva de investimento, com 22,61% do total das GOP, verifica-se que o grande volume da despesa (cerca de 64%) foi realizada no Programa de Comunicações e Transportes, onde pontificam por ordem do valor da despesa, a pavimentação e repavimentação de diversos arruamentos, o alargamento da rede viária municipal (com particular destaque para a Rectificação da Estrada Camarinha – Lagoa de Podentes, com Variante), a reparação e conservação de vias, o alargamento da Ponte da Boiça, a rectificação da EN 347-1 (em protocolo de colaboração com os Municípios de Ansião e Condeixa-a-Nova e a Estradas de Portugal, EP), a colocação de sinalização adequada em vias e povoações, as estradas Infesto – Pombais e Pardieiros – Ponte da Machuca e a execução e beneficiação de valetas.-----

Logo a seguir, o programa Abastecimento de Água (com cerca de 25%), teve como principais projectos a Beneficiação de diversas Redes de Distribuição com a construção de Reservatórios em Casal da Azenha, Vieiros e Fetais Cimeiros e a execução de furos de captação, a aquisição de equipamento electromecânico, a realização de análises laboratoriais para controlar a qualidade da água e a manutenção das redes existentes.-----

Por último, o programa Saneamento e Salubridade (com cerca de 10%) foi maioritariamente absorvido pela empreitada de saneamento das Cerejeiras e substituição da rede de abastecimento de água que representa a obra mais significativa, sendo o restante distribuído pela elaboração do projecto de saneamento do Casal Pinto, pela reparação e manutenção das redes e sistemas de tratamento e pela intervenção nas redes de águas pluviais.-----

### **Desenvolvimento Económico**-----

Um dos objectivos estratégicos para o corrente mandato, o desenvolvimento económico com 21% do total das GOP, tem nos programas Turismo (43% do objectivo), Mercados e Feiras (20%), Valorização e Prevenção Florestal (19%) e Investimento Empresarial (17%) as suas principais áreas de actuação, reforçando a importância estratégica que este objectivo representa para o desenvolvimento do concelho.

No entanto, a análise da despesa neste objectivo não reflecte a realização de maior conteúdo estratégico na perspectiva do desenvolvimento do Concelho: o **Plano de Desenvolvimento – Inovação, Competitividade e Empreendedorismo** – um documento elaborado com base na análise e discussão alargada das fraquezas e forças do Município que conclui com a identificação das áreas estratégicas para o desenvolvimento económico do Município e define 14 projectos mobilizadores de novas dinâmicas.

Merece referência a realização da FAGRIP num modelo renovado que acrescentou valor ao evento e prestígio ao concelho, a manutenção da Feira do Mel enquanto espaço de raro privilégio na promoção deste produto certificado e a inovação na valorização e promoção dos nossos produtos com a realização da I Mostra de Produtos Endógenos e Festa da Gastronomia, que constituiu um assinalável êxito.

Ao nível do programa Turismo merecem destaque a intervenção na Ferraria de S. João – no âmbito do Plano de Aldeias do Xisto – a reabilitação das represas naturais da Louçainha, a aquisição da “antiga casa da Legião” para Centro de Apoio Turístico, a concepção e edição de material promocional, a criação do logótipo do Município e de um novo stand de exposição para participar em feiras e exposições que permitiu uma presença muito dignificante para o Município nos dois maiores certames da região (CIC, em Coimbra e EXPOFACIC, em Cantanhede).

O programa Investimento Empresarial (17%) incide maioritariamente na ampliação da Zona industrial de Penela., enquanto a Valorização e Prevenção Florestal teve a sua acção especialmente focada nas acções de silvicultura preventiva.

Ainda no âmbito deste objectivo merecem referência:

- A beneficiação de caminhos florestais;
- A reabilitação do Parque de Lazer da Louçainha e o início da instalação do Parque de Lazer da Pedra da Ferida;
- A apresentação de uma candidatura à medida de apoio do Fundo Florestal Permanente da “Unidade de Gestão Sobral” e do “Projecto Municipal de Sensibilização Informação e Educação Ambiental e Florestal”.
- A elaboração do Plano Operacional Municipal em matéria de prevenção e combate a incêndios florestais e do Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios Florestais (PMDFCI);

#### **Ambiente e Protecção Civil**

Apesar do Protocolo celebrado com a Cercipenela para a limpeza das sedes de concelho e de freguesia e de idêntico instrumento com as Juntas de Freguesia para a limpeza das restantes povoações do concelho, sensivelmente a par do tratamento de Resíduos Sólidos Urbanos continuarem a ser as grandes referências ao nível da despesa realizada no âmbito do ambiente, importa referenciar outras actividades, ao nível do incentivo das populações quanto às formas de actuação na preservação e valorização ambiental, com a realização de acções como:

- Colocação de floreiras suspensas nas ruas da Vila Penela;
- Arranjo paisagístico das rotundas e separadores no Espinhal, no Rabaçal, em Penela;
- Ajardinamento do talude junto à Biblioteca e Auditório e construção do jardim da Escola Tecnológica;
- Construção e remodelação de diversos jardins: Espinhal; Rabaçal; Penela e Cumieira;

#### **Ao nível dos resíduos sólidos:**

- Recolha e transporte de 1 700 toneladas de resíduos sólidos indiferenciados;
- Recolha selectiva de 90, 986 toneladas de resíduos, sendo 40,920 t de vidro, 37,820 de papel/cartão e 12,246 de embalagens e metal;
- Recolha de 8,6 toneladas de resíduos volumosos (monstros)

No âmbito da protecção civil (45% do objectivo) é preponderante o apoio dado aos Bombeiros Voluntários (funcionamento, aquisição de viaturas, pequenas obras no quartel e acções de defesa da floresta.-----

#### **Associativismo**-----

Ao nível do associativismo importa referir a importância estratégica que o Município continua a reconhecer ao movimento associativo como instrumento de desenvolvimento do concelho e da região, através da manutenção e reforço do papel que as diversas associações, em que o Município participa, desempenham nas respectivas áreas de intervenção, com particular relevância para a Terras de Sicó – Associação de Desenvolvimento, com um trabalho ímpar ao nível da valorização e certificação dos produtos endógenos e de afirmação turística da sub-região Sicó, bem como para a Associação de Municípios dos Vales do Ceira e Dueça, pelo inquestionável papel que vem desempenhando ao nível do apoio técnico e do desenvolvimento de instrumentos cartográficos essenciais ao eficaz desenvolvimento da acção dos Municípios associados.-----

Registe-se o início processo de constituição da Associação de Municípios de Fins Específicos do Pinhal Interior Norte, ditado por razões de enquadramento no Quadro de Referência Estratégica Nacional, integrando todos os municípios desta NUT III da Região Centro e, num plano supra-nacional – demonstrativo de que o espaço geográfico de actuação está a cada dia mais globalizado – a participação no acto de constituição do Fórum de Ciudades Muralladas, ocorrido em Placencia (Espanha) – uma associação de municípios portugueses e espanhóis que encontraram no seu património comum (o Castelo) um elemento potenciador de desenvolvimento dos respectivos territórios.-----

#### **Edifícios Municipais**-----

A quase totalidade do esforço financeiro do Município no que concerne aos edifícios municipais concentrou-se na conclusão do Parque de Máquinas e respectivos arranjos exteriores, uma estrutura absolutamente imprescindível a uma eficaz organização dos serviços externos numa perspectiva de melhor qualidade do serviço que é prestado às populações.-----

Importa referir, dada a sua importância para a melhoria das condições de trabalho, as alterações efectuadas no Edifício dos Paços do Concelho e no edifício da Rua da Filarmónica, permitindo a reorganização de alguns serviços (Posto de Atendimento ao Cidadão, Tesouraria, Gabinete Técnico Florestal, Acção Social, UNIVA), criando assim melhores condições de trabalho e de atendimento aos munícipes.-----

#### **Conservação e Aprovisionamento dos Serviços Municipais**-----

O esforço dispendido neste objectivo centra-se na aquisição, locação e manutenção de máquinas e viaturas da divisão técnica de obras e serviços urbanos e de equipamento básico e informático no âmbito da constante modernização administrativa, de forma a criar condições para um melhor desempenho aos serviços.-----

#### **Cumprimentos Legais na Despesa**-----

##### *Cumprimento dos limites legais das despesas autárquicas com pessoal*-----

De acordo com o disposto no artigo 10<sup>a</sup> do Decreto-lei N<sup>o</sup> 116/84, de 6 de Abril, com a redacção da lei n<sup>o</sup> 44/85, de 13 de Setembro, as despesas efectuadas com o pessoal não podem ultrapassar 60% das receitas correntes do ano económico anterior ao respectivo exercício, sendo que as despesas com pessoal em qualquer outra situação não podem ultrapassar 25% dos 60% supra citados.-----

Conforme definido pelo STAPOCAL e, por observação ao classificador das despesas públicas definido pelo Decreto-lei N<sup>o</sup> 26/2005 de 14 de Fevereiro, relevam para o limite as despesas pagas pelo sub-agrupamento 01.01 – “Remunerações certas e Permanentes”, excluindo-se portanto, as despesas pagas pelos sub-agrupamentos 01.02 – “Abonos variáveis ou eventuais” e “0103 – “Segurança Social”. Conforme se pode verificar pelos quadros abaixo mencionados o Município de Penela cumpre os limites mencionados uma vez a capacidade de despesas com o pessoal do quadro utilizada foi de 48,81% e com o pessoal em qualquer outra situação foi de 74,43%.-----

##### *Limite dos encargos com pessoal do quadro*-----

Despesas c/ Pessoal do quadro	60% das receitas correntes do ano anterior	Capacidade de Despesas c/ Pessoal do quadro utilizada (%)	Capacidade de Despesas c/ Pessoal do quadro por utilizar (%)
1.102.304,39 €	2.258.308,75 €	48,81%	51,19%

### Limite dos encargos com pessoal em qualquer outra situação

Despesas c/ Pessoal Fora do Quadro	25% dos limites definidos para despesas com o pessoal do quadro	Capacidade de Despesas c/ Pessoal Fora do Quadro (%)	Capacidade de Despesas c/ Pessoal Fora do Quadro por Utilizar
420.228,68 €	564.577,19 €	74,43%	25,57%

### Cumprimento do limite da capacidade de endividamento

CAPACIDADE DE ENDIVIDAMENTO (CE) - Lei n.º 42/98 de 06 de Agosto		
CE = (C+F-D-E-G-H)/(Maior dos limites(A ou B))*100		
A	12,5% fundos municipais atribuídos ao município em 2006	466.636,75 €
B	10% do investimento pago em 2005 pelo município, pelas associações de municípios em que participa e ainda por empresas públicas municipais, na parte correspondente à participação do município, em relação a estes dois tipos de entidades	268.249,44 €
C	Juros de todos os empréstimos de médio e longo prazos (incluindo dos empréstimos obrigacionistas) previstos no orçamento para 2006 - a pagar pelo município, pelas associações de municípios em que participa e ainda por empresas públicas municipais, na parte correspondente à participação do município	39.116,83 €
D	Juros dos empréstimos que não entram para o cálculo da capacidade de endividamento	6.316,28 €
E	Juros dos empréstimos de médio e longo prazos (incluindo dos empréstimos obrigacionistas) previstos no orçamento para 2006 - a pagar pelo município, pelas associações de municípios em que participa e ainda por empresas públicas municipais, na parte correspondente ao município, relativos a empréstimos efectuados para construção e reabilitação de infra-estruturas no âmbito do EURO 2004	0,00 €
F	Amortizações dos empréstimos de médio e longo prazos (incluindo dos empréstimos obrigacionistas) previstos no orçamento para 2006 - a pagar pelo município, pelas associações de municípios em que participa e ainda por empresas públicas municipais, na parte correspondente à participação do município	121.044,39 €
G	Amortizações dos empréstimos que não entram para o cálculo da capacidade de endividamento	69.980,14 €
H	Amortizações dos empréstimos de médio e longo prazos (incluindo dos empréstimos obrigacionistas) previstos no orçamento para 2006 - a pagar pelo município, pelas associações de municípios em que participa e ainda por empresas públicas municipais, na parte correspondente ao município, relativos a empréstimos efectuados para construção e reabilitação de infra-estruturas no âmbito do EURO 2004	0,00 €
CAPACIDADE DE ENDIVIDAMENTO UTILIZADA (%)		17,97%
CAPACIDADE DE ENDIVIDAMENTO POR UTILIZAR (%)		82,03%

O n.º 3 do artigo 24º da Lei 42/98 (Lei das Finanças Locais) estabelece o limite da capacidade de endividamento dos municípios. No entanto, para permitir a obtenção dos objectivos propostos pelo Pacto de Estabilidade e Crescimento, o Orçamento de Estado 2005, impôs para o mencionado ano económico e a exemplo do já ocorrido em 2003 e 2004, limitações ao endividamento municipal. Desta forma, a LEO/2005 suspendeu os limites definidos na LFL, por aplicação de uma redução destes em 50%.

Assim, os encargos anuais não podem exceder o maior dos limites do valor correspondente a 12,5% dos fundos municipais atribuídos ao município ou, a 10% das despesas realizadas com o investimento no ano anterior.

Existem no entanto excepções de acordo com disposições legais, nomeadamente, no que diz respeito aos encargos com juros e amortizações de empréstimos contraídos para execução de projectos participados por fundos comunitários, que são retirados no cálculo da capacidade de endividamento.

Assim, e conforme podemos ver pelo quadro atrás apresentado, o Município de Penela continua a ter capacidade de endividamento junto das instituições de crédito, uma vez que apenas utilizou 17,97%, dispondo ainda de 82,03% da respectiva capacidade legal para utilizar.

A Lei 2/2007 de 15 de Janeiro que revogou a Lei 42/98 de 06 de Agosto (Lei das Finanças Locais) vem estabelecer no n.º 2 do artigo 39º que o montante em dívida de cada município referente a



empréstimos de médio e longo prazos não pode exceder, em 31 de Dezembro de cada ano, a soma do montante das receitas provenientes dos impostos municipais, das participações do município no FEF, da participação no IRS referida na alínea c) do n.º 1 do artigo 19º, da participação nos resultados das entidades do sector empresarial local e da derrama, relativas ao ano anterior pelo que a capacidade de endividamento do Município à luz da nova lei das finanças locais é a seguinte:

CAPACIDADE DE ENDIVIDAMENTO - Lei n.º 2/2007 de 15 de Janeiro		
A	Montante das Receitas provenientes dos Impostos Municipais	454.602,42 €
B	Participações do Município no FEF	3.733.094,00 €
C	Participação no IRS referida na alínea c) do n.º 1 do art.º 19	0,00 €
D	Participação nos resultados das entidades do sector empresarial local	0,00 €
E	Derrama	0,00 €
F	Montante em dívida de Empréstimos Bancários de Médio e Longo Prazo	2.053.807,15 €
G	Montante em dívida de Empréstimos Bancários de Médio e Longo Prazo que entram para o cálculo da capacidade de endividamento	1.651.582,69 €
H	Montante dos empréstimos que não entram para o cálculo da capacidade de endividamento	402.224,46 €
CAPACIDADE DE ENDIVIDAMENTO UTILIZADA		1.651.582,69 €
CAPACIDADE DE ENDIVIDAMENTO POR UTILIZAR		2.536.113,73 €
CAPACIDADE DE ENDIVIDAMENTO UTILIZADA (%)		39,44%
CAPACIDADE DE ENDIVIDAMENTO POR UTILIZAR (%)		60,56%

Desta forma podemos verificar que à luz da nova Lei de Finanças Locais o montante da capacidade de endividamento do Município de Penela foi reduzido em cerca de 22%. O Município utilizou 39,44% da sua capacidade de endividamento dispondo ainda de 60,56%.

#### Análise Económico-financeira

Como é óbvio as funções e finalidades de uma autarquia divergem das funções e das finalidades de um empresa, no entanto, as autarquias intervêm no mercado e influenciam a economia nacional através da concorrência directa e/ou indirecta com o sector privado. As empresas privadas cada vez mais incorporam na sua finalidade natural para além da maximização do lucro, objectivos de natureza social.

As autarquias locais e as empresas privadas cruzam-se em diversos segmentos da actividade económica, seja de forma cooperativa ou concorrencial. Uma autarquia visa maximizar a satisfação de um vasto leque de necessidades sociais, consideradas prioritárias dos munícipes, estando completamente afastado o conceito de lucro económico ou financeiro na imensa maioria das suas actividades.

Assim, enquanto as empresas privadas têm como objectivo fundamental a maximização do lucro e objectivo acessório o bem-estar social dos seus trabalhadores, as autarquias locais, por sua vez, têm como objectivo fundamental a satisfação das necessidades prioritárias dos Munícipes e, como objectivo acessório a obtenção do lucro (não necessariamente o máximo) nas suas actividades comerciais ou para comerciais.

De referir ainda que enquanto uma empresa deve auto sustentar-se e crescer em função dos ganhos gerados pela sua produtividade e pela qualidade concorrencial da sua gestão, uma autarquia local é fortemente subsidiada a montante (OE e Fundos Comunitários) de modo a proporcionar a jusante, por sua vez, subsídios e inúmeras actividades sociais, culturais e infra estruturas para as quais não são suficientes os proveitos gerados em determinadas actividades comerciais.

Enquanto a execução orçamental reflecte as receitas e as despesas de determinado exercício económico, o Balanço e a Demonstração dos Resultados espelham a actividade do Município ao nível patrimonial, isto é, demonstram os seus direitos e obrigações.

## Situaco Patrimonial

## Balanço

O Balanço fornece uma imagem do Município num dado momento do tempo, 31 de Dezembro de 2006, mostrando os activos do Município (o que possui), os passivos (o que está em dívida) e os capitais próprios.

*Estrutura do Activo Bruto e sua Evoluo*

Descrio	2005	2006	Var. Abs.	Var. %
Activo Fixo	55.284.709,98 €	58.526.037,89 €	3.241.327,91 €	5,86%
Bens de Domínio Público	38.226.457,52 €	39.474.911,49 €	1.248.453,97 €	3,27%
Imobilizaoes Incorpóreos	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00%
Imobilizaoes Corpóreas	16.952.818,81 €	18.903.154,75 €	1.950.335,94 €	11,50%
Investimentos Financeiros	105.433,65 €	147.971,65 €	42.538,00 €	40,35%
Activo Circulante	786.825,21 €	558.617,28 €	-228.207,93 €	-29,00%
Existências	864,61 €	1.364,48 €	499,87 €	57,81%
Dvidas de Terceiros ML/ Prazo	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00%
Dvidas de Terceiros C/ Prazo	566.210,75 €	323.619,79 €	-242.590,96 €	-42,84%
Títulos Negociaveis	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00%
Depósitos Instituioes e Caixa	219.749,85 €	233.633,01 €	13.883,16 €	6,32%
Acréscimos e Diferimentos	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00%
Activo Total	56.071.535,19 €	59.084.655,17 €	3.013.119,98 €	5,37%

A estrutura do Activo Bruto Total no final de 2006 teve um aumento de 5,37% ao qual corresponde o valor absoluto de 3.013.119,98€.

O Activo Fixo teve um aumento de 5,86% ao qual corresponde o valor absoluto de 3.241.327,91€. Na sua estrutura verifica-se um aumento das imobilizaoes dos bens de domínio público em 1.248.453,97€, das imobilizaoes corpóreas em 1.950.335,94€ e dos investimentos financeiros em 42.538,00€ nas percentagens de 3,27% e 11,50% e 40,35% respectivamente.

O Activo Circulante teve uma diminuio de 29,00% ao qual corresponde o valor absoluto negativo de 228.207,93€. Na sua estrutura verifica-se um aumento das existências em 499,87€ e nos depósitos em Instituioes Financeiras e Caixa em 13.883,16€ nas percentagens de 57,81% e 6,32% respectivamente. Verifica-se ainda uma diminuio das dvidas de terceiros de curto prazo no valor de 242.590,96€ à qual corresponde uma diminuio de 42,84%.

*Estrutura do Activo Liquido e sua Evoluo*

Descrio	2005	2006	Var. Abs.	Var. %
Activo Fixo	42.926.472,02 €	43.387.556,17 €	461.084,15 €	1,07%
Bens de Domínio Público	28.350.016,43 €	27.484.666,46 €	-865.349,97 €	-3,05%
Imobilizaoes Incorpóreos	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00%
Imobilizaoes Corpóreas	14.471.021,94 €	15.754.918,06 €	1.283.896,12 €	8,87%
Investimentos Financeiros	105.433,65 €	147.971,65 €	42.538,00 €	40,35%
Activo Circulante	786.825,21 €	534.432,92 €	-252.392,29 €	-32,08%
Existências	864,61 €	1.364,48 €	499,87 €	57,81%
Dvidas de Terceiros ML/ Prazo	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00%
Dvidas de Terceiros C/ Prazo	566.210,75 €	299.435,43 €	-266.775,32 €	-47,12%
Títulos Negociaveis	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00%
Depósitos Instituioes e Caixa	219.749,85 €	233.633,01 €	13.883,16 €	6,32%
Acréscimos e Diferimentos	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00%
Activo Total	43.713.297,23 €	43.921.989,09 €	208.691,86 €	0,48%

A estrutura do Activo Liquido Total no final de 2006 teve um aumento de 0,48% ao qual corresponde o valor absoluto de 208.691,86€..

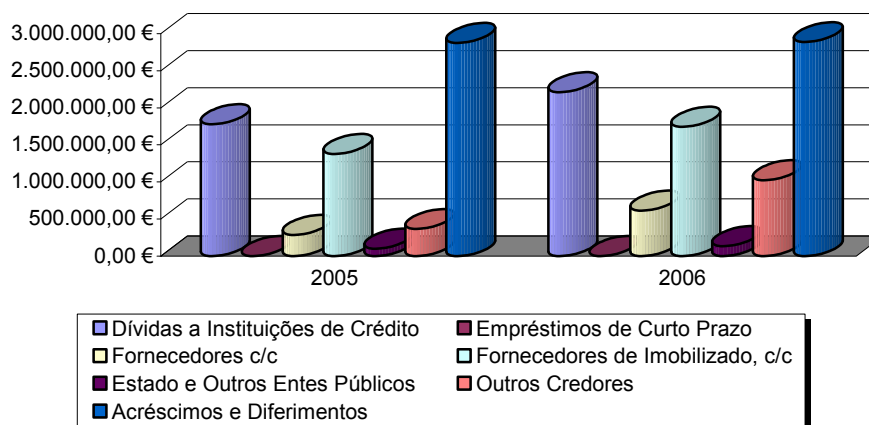
O Activo Fixo teve um aumento de 1,07% ao qual corresponde o valor absoluto de 461.084,15€. Na sua estrutura verifica-se uma diminuio de 3,05% das imobilizaoes dos bens de domínio público, que se deve ao elevado valor de amortizaoes acumuladas, e um aumento das imobilizaoes corpóreas e dos investimentos financeiros nas percentagens de 8,87% e 40,35% respectivamente.

O Activo Circulante teve uma diminuição de 32,08% ao qual corresponde o valor absoluto negativo de 252.392,29€. Na sua estrutura verifica-se um aumento das existências, e dos depósitos em instituições financeiras e caixa nas percentagens de 57,81% e 6,32% e uma diminuição em 47,12% das dívidas de terceiros de curto prazo.

#### *Estrutura do Passivo e Sua Evolução*

Descrição	2005	2006	Var. Abs.	Var. %
Dívidas a Terceiros - Médio e Longo Prazo	1.777.895,53 €	2.211.332,14 €	433.436,61 €	24,38%
Dívidas a Instituições de Crédito	1.777.895,53 €	2.211.332,14 €	433.436,61 €	24,38%
Dívidas a Terceiros - Curto Prazo	2.128.274,93 €	3.511.158,69 €	1.382.883,76 €	64,98%
Empréstimos de Curto Prazo	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00%
Fornecedores c/c	285.730,06 €	612.347,17 €	326.617,11 €	114,31%
Fornecedores de Imobilizado, c/c	1.377.069,75 €	1.743.103,93 €	366.034,18 €	26,58%
Estado e Outros Entes Públicos	100.223,68 €	132.931,81 €	32.708,13 €	32,64%
Outros Credores	365.251,44 €	1.022.775,78 €	657.524,34 €	180,02%
Acréscimos e Diferimentos	2.873.058,30 €	2.885.108,42 €	12.050,12 €	0,42%
Passivo Total	6.779.228,76 €	8.607.599,25 €	1.828.370,49 €	26,97%

Poderemos ver de seguida uma representação gráfica da evolução do passivo.

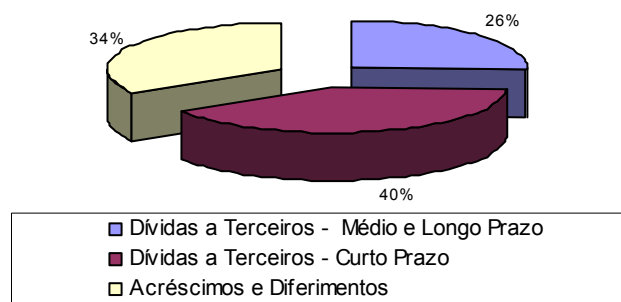


Da análise dos dados e do gráfico verificamos que no ano 2006, houve um aumento das dívidas a terceiros a médio e longo prazo, mais especificamente com as Instituições de Crédito, em 24,38% ao qual corresponde o valor absoluto de 433.436,61€.

No curto prazo verifica-se um aumento de 64,98% ao qual corresponde o valor de 1.382.883,76€.

Por último, a rubrica dos acréscimos e diferimentos também regista um aumento de cerca de 0,42% ao qual corresponde o valor de 12.050,12€. Este acréscimo deve-se ao facto de se encontrarem aqui registados os Proveitos Diferidos. De salientar que, segundo o princípio da especialização (ou do acréscimo) os subsídios ao investimento (FEDER, Contratos Programa e Contratos de Modernização Administrativa) só serão considerados proveitos dos exercícios de acordo com a quota-parte da amortização dos bens objecto de financiamento.

O passivo total apresenta um acréscimo de 26,97% ao qual corresponde o valor absoluto de 1.828.370,49€.

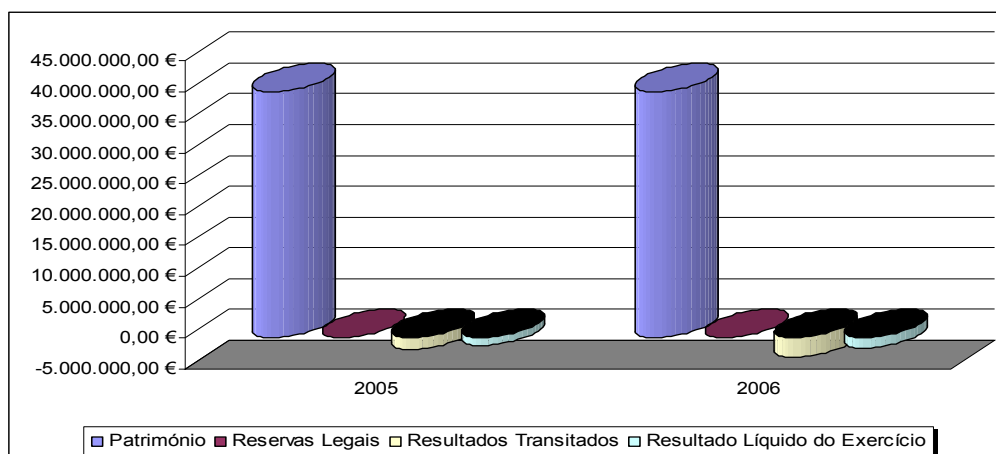


Da análise do gráfico podemos contactar que os acréscimos e diferimentos representam cerca de 34% do passivo total, as dívidas a médio e longo prazo representam cerca de 26% e as dívidas a terceiros de curto prazo representam cerca de 40%.

#### *Estrutura dos Fundos Próprios*

Descrição	2005	2006
Património	40.076.770,99 €	40.076.770,99 €
Reservas Legais	0,00 €	0,00 €
Resultados Transitados	-1.923.043,57 €	-3.142.702,55 €
Resultado Líquido do Exercício	-1.219.658,98 €	-1.619.678,60 €
Fundos Próprios	36.934.068,44 €	35.314.389,84 €

Poderemos ver de seguida uma representação gráfica da evolução dos fundos próprios.



A variação verificada nos Fundos Próprios deve-se à transferência do Resultado Líquido do ano anterior para Resultados Transitados e ao apuramento do Resultado Líquido do Exercício de 2006, cujo montante ascende a 1.619.678,60€ negativos. Como poderemos verificar mais à frente, o resultado líquido do exercício de 2006 apresenta um valor negativo devido ao elevado montante de amortizações do exercício.

#### *Demonstração dos Resultados*

A Demonstração de resultados apresenta por um lado todos os custos e perdas que a autarquia suporta na sua actividade, representando as diminuições dos fundos próprios decorrentes da actividade autárquica e, por outro, os proveitos e ganhos que a autarquia obtém na sua actividade, representando os aumentos dos fundos próprios decorrentes da actividade autárquica.

O Município encerra as suas contas referentes ao ano económico de 2006, com um Resultado Líquido do Exercício negativo no valor de 1.619.678,60€.

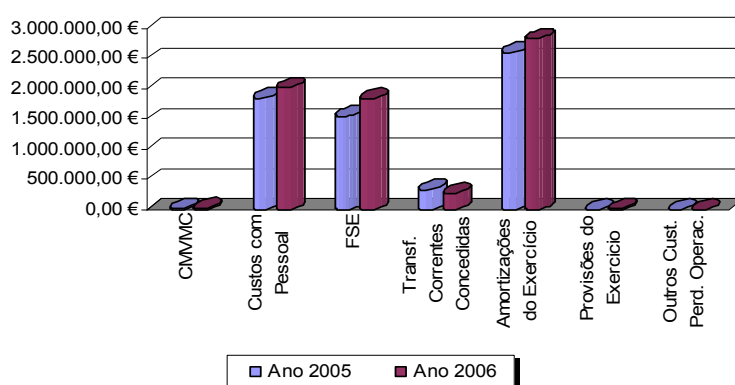
#### *Resultados Operacionais*

Comparando os proveitos operacionais com os custos operacionais constatamos a existência de um resultado operacional negativo no valor de 1.812.629,36€. Este valor deve-se ao elevado custo das amortizações, custos com o pessoal e fornecimentos e serviços externos.

#### *Custos e Perdas Operacionais*

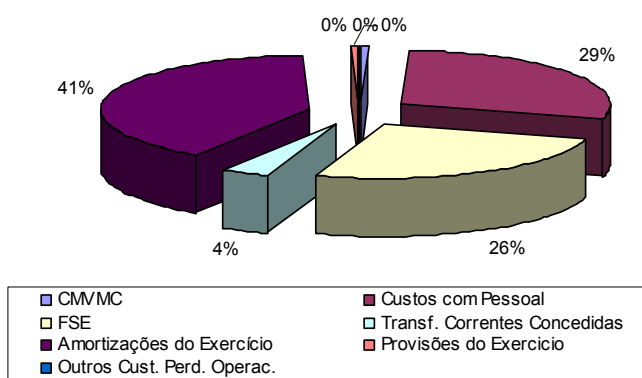
Designação	2005	2006	Var. Abs.	Var %
CMVMC	16.200,52 €	29.858,35 €	13.657,83 €	84,30%
Custos com Pessoal	1.843.515,75 €	2.007.663,97 €	164.148,22 €	8,90%
FSE	1.546.350,19 €	1.830.713,56 €	284.363,37 €	18,39%
Transf. Correntes Concedidas	334.224,64 €	271.528,61 €	-62.696,03 €	-18,76%
Amortizações do Exercício	2.591.396,35 €	2.813.965,87 €	222.569,52 €	8,59%
Provisões do Exercício	0,00 €	24.184,36 €	24.184,36 €	24184,36%
Outros Cust. Perd. Operac.	127,85 €	5.244,67 €	5.116,82 €	4002,21%
Total dos Custos Operacionais	6.331.815,30 €	6.983.159,39 €	651.344,09 €	10,29%

Poderemos ver, no gráfico seguinte, a evolução dos Custos e Perdas Operacionais.



Da análise dos dados apresentados verificamos que os Custos e Perdas Operacionais apresentam um acréscimo de 10,29% ao qual corresponde o valor de 651.344,09€.

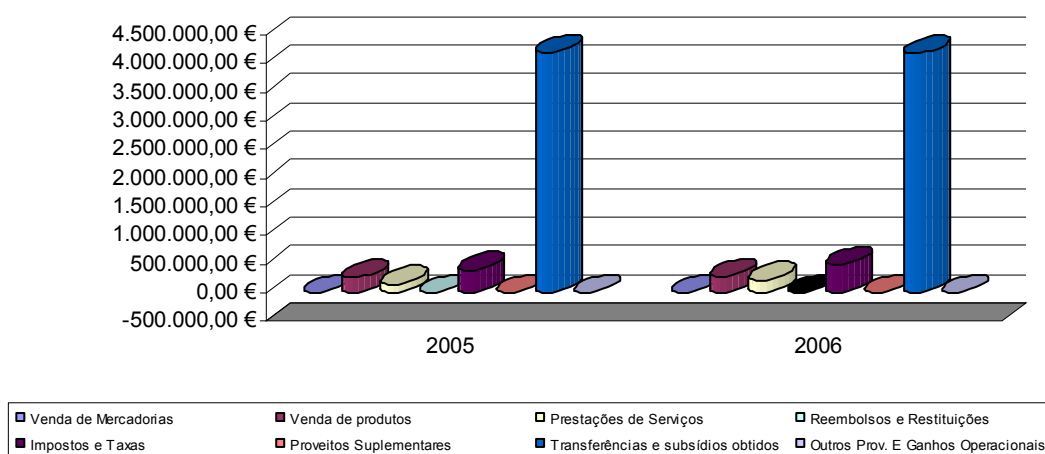
No gráfico seguinte podemos verificar que as amortizações do exercício (registo da depreciação das imobilizações corpóreas, incorpóreas e dos bens de domínio publico) representam 41%, os custos com pessoal representam cerca de 29%, os fornecimentos e serviços externos representam cerca de 26%, as transferências correntes concedidas representam cerca de 4% do total dos custos operacionais.



### Proveitos e Ganhos Operacionais

Designação	2005	2006	Var. Abs.	Var %
Venda de Mercadorias	181,28 €	73,48 €	-107,80 €	-59,47%
Venda de produtos	273.748,17 €	275.269,54 €	1.521,37 €	0,56%
Prestações de Serviços	157.670,33 €	229.881,18 €	72.210,85 €	45,80%
Reembolsos e Restituições	0,00 €	-733,20 €	-733,20 €	-733,20%
Impostos e Taxas	393.959,57 €	488.646,42 €	94.686,85 €	24,03%
Proveitos Suplementares	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00%
Transferências e subsídios obtidos	4.179.746,10 €	4.177.392,61 €	-2.353,49 €	-0,06%
Outros Prov. E Ganhos Operacionais	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00%
<b>Total dos Proveitos e Ganhos Operacionais</b>	<b>5.005.305,45 €</b>	<b>5.170.530,03 €</b>	<b>165.224,58 €</b>	<b>3,30%</b>

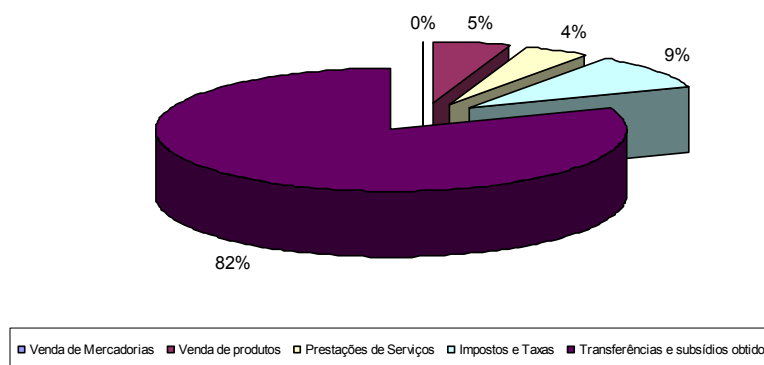
Poderemos ver, no gráfico seguinte, a evolução dos Custos e Perdas Operacionais.



Os Proveitos e Ganhos Operacionais registaram um aumento em termos absolutos de 165.224,58€ a que corresponde um aumento percentual de 3,30%. O maior aumento verificado foi na prestação de serviços que atingiu a percentagem de 45,80% e nos impostos e taxas que atingiu a percentagem de 24,03%.

As vendas de mercadorias registaram um decréscimo de 59,47% enquanto a venda de produtos regista um acréscimo de 0,56%.

Atendendo à estrutura destes Proveitos e Ganhos verifica-se que as Transferências e Subsídios Obtidos representam cerca de 82% do total dos Proveitos e Ganhos Operacionais o que significa que o Município tem uma elevada dependência relativamente às transferências do Orçamento do Estado. Os impostos e taxas representam cerca de 9%, a venda de produtos representa cerca de 5% e as prestações de serviços representam cerca de 4%.



### Resultados Financeiros

Em 2006, os Resultados Financeiros apresentam o valor de 147.201,71€. Assim, a diferença entre os proveitos e ganhos e os custos e perdas apresenta um resultado positivo.

#### *Custos e Perdas Financeiros*

Designação	2005	2006	Var. Abs.	Var %
Juros Suportados	22.620,22 €	55.976,31 €	33.356,09 €	147,46%
Outros Custos e Perdas Financeiros	80,50 €	184,13 €	103,63 €	128,73%
<b>Total dos Custos Financeiros</b>	<b>22.700,72 €</b>	<b>56.160,44 €</b>	<b>33.459,72 €</b>	<b>147,39%</b>

Os custos financeiros registaram um aumento percentual de 147,39%, ao qual corresponde o valor de 33.356,31€, e resultam, fundamentalmente, dos juros suportados com os empréstimos de Médio e Longo Prazo e com as operações de factoring em curso.

*Proveitos e Ganhos Financeiros*

Designação	2005	2006	Var. Abs.	Var %
Juros Obtidos	1.125,60 €	0,00 €	-1.125,60 €	-100,00%
Ganhos em Entidades Participadas	0,00 €	558,00 €	558,00 €	558,00%
Rendimentos de Imóveis	31.949,05 €	16.183,27 €	-15.765,78 €	-49,35%
Rendimentos Participações Capital	580,27 €	593,40 €	13,13 €	2,26%
Outros Proveitos e Ganhos Financeiros	182.417,91 €	186.027,48 €	3.609,57 €	1,98%
<b>Total dos Proveitos e Ganhos Financeiros</b>	<b>216.072,83 €</b>	<b>203.362,15 €</b>	<b>-12.710,68 €</b>	<b>-5,88%</b>

Os Proveitos e Ganhos Financeiros registaram uma diminuição percentual de 5,88% ao qual corresponde o valor de 12.710,68€. Poderemos verificar ainda que houve uma diminuição dos juros obtidos uma vez que os juros de depósitos bancários apenas deram entrada no ano de 2007 e uma diminuição dos rendimentos de imóveis. Verifica-se ainda que os ganhos em entidades participadas, os rendimentos de participações de capital e os outros proveitos e ganhos financeiros sofreram um aumento em relação ao ano 2005.

**Resultados Extraordinários**

Os Resultados Extraordinários apresentam um valor positivo de 45.749,05€.

*Custos e Perdas Extraordinárias*

Designação	2005	2006	Var. Abs.	Var %
Transferências de Capital Concedidas	457.231,25 €	218.730,97 €	-238.500,28 €	-52,16%
Perdas em Existências	0,00 €	2.452,82 €	2.452,82 €	2452,82%
Perdas em Imobilizações	19.333,36 €	155.282,93 €	135.949,57 €	703,19%
Multas e Penalidades	0,00 €	581,94 €	581,94 €	581,94%
Correcções Relativas a Anos Anteriores	1.000,01 €	162,49 €	-837,52 €	-83,75%
Outros Custos e Perdas Extraordinários	9.765,34 €	9.464,53 €	-300,81 €	-3,08%
<b>Total dos Custos e Perdas Extraordinários</b>	<b>487.329,96 €</b>	<b>386.675,68 €</b>	<b>-100.654,28 €</b>	<b>-20,65%</b>

Relativamente aos Custos e Perdas Extraordinários verifica-se uma diminuição de 20,65% ao qual corresponde o valor de 100.654,28€. Relativamente às transferências de capital concedidas essencialmente para as Juntas de Freguesia através da celebração de protocolos, para as Associações concelhias e para a ETP Sicó verifica-se uma diminuição em cerca de 52,16%. Em relação às perdas em imobilizações verifica-se um aumento deste tipo de custos em 135.949,57€ uma vez que o Município, ao abrigo do Plano de Apoio ao Investimento, alienou terrenos da Zona Industrial de Penela por um valor inferior ao inventariado.

*Proveitos e Ganhos Extraordinários*

Designação	2005	2006	Var. Abs.	Var %
Ganhos em existências	0,00 €	2.452,82 €	2.452,82 €	2452,82%
Ganhos em Imobilizações	25.745,63 €	61.085,85 €	35.340,22 €	137,27%
Benefícios de Penalidades Contratuais	7.034,29 €	2.775,78 €	-4.258,51 €	-60,54%
Multas e Penalidades	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00%
Correcções Relativas a Anos Anteriores	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00%
Outros Proveitos e Ganhos Extraordinários	368.028,80 €	366.110,28 €	-1.918,52 €	-0,52%
<b>Total dos Proveitos e Ganhos Extraordinários</b>	<b>400.808,72 €</b>	<b>432.424,73 €</b>	<b>31.616,01 €</b>	<b>7,89%</b>

Os Proveitos e Ganhos Extraordinários registam um acréscimo de 7,89% que se deve essencialmente ao aumento dos ganhos em existências e em imobilizações resultante da alienação de terrenos na Camela e da alienação de lojas no edifício do mercado municipal de Penela.

Proposta de aplicação de Resultados-----  
De acordo com as Demonstrações financeiras do ano 2006, o resultado líquido do exercício ascendeu a 1.619.678,60€ negativos e que se encontra reflectido tanto na Demonstração dos Resultados como no Balanço. -----  
A aplicação do resultado líquido do exercício é aprovada pelo órgão deliberativo mediante proposta fundamentada do órgão executivo.-----  
Nos termos do estipulado no ponto 2.7.3. do POCAL, aprovado pelo Decreto – Lei nº 54-A/99, de 22 de Fevereiro, alterado pela Lei nº 162/99, de 14 de Setembro, e pelos Decretos-Lei nºs 315/2000, de 15 de Dezembro e 84-A/2004 de 5 de Abril, a Câmara Municipal propõe a seguinte aplicação de resultados:-----  
1º O montante dos Resultado Líquido do Exercício no valor negativo de 1.619.678,60€ seja transitado para a conta 59 – “Resultados Transitados”; -----

**3.1 – BALANÇOS, DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS E EXECUÇÃO ORÇAMENTAL – ANÁLISE E VOTAÇÃO:** Foram apresentados ao órgão executivo os documentos que constituem as **Contas Finais da Gerência**, nomeadamente os documentos de prestação de contas elencados no Anexo I, da Resolução número quatro de dois mil e um, da segunda secção, publicada no Diário da República número cento noventa e um, segunda série, de dezoito de Agosto, que se encontram integralmente elaborados, relativos ao período que decorreu de um de Janeiro a trinta e um de Dezembro de dois mil e seis, para efeitos de discussão e votação, a fim de ser apresentada ao respectivo órgão deliberativo e, remessa ao **Tribunal de Contas**. -----

-----Verificou-se que o documento em apreciação indicava os seguintes valores: -----

**SALDO DA GERÊNCIA ANTERIOR:** -----

- **Da Conta Execução Orçamental:** - duzentos e vinte e dois euros e setenta e nove cêntimos; -----
- **Da Conta Operações de Tesouraria:** - duzentos e dezanove mil quinhentos e vinte sete euros e seis cêntimos; -----
- **Em Documentos de Cobrança:** - vinte cinco mil cento e setenta euros e noventa e oito cêntimos. ----
- **SALDO PARA A GERÊNCIA SEGUINTE:** -----
- **Da Conta Execução Orçamental:** - mil cento e trinta e um euros e noventa e um cêntimos;-----
- **Da Conta Operações de Tesouraria:** - duzentos e trinta e dois mil quinhentos e um euros e dez cêntimos-----
- **Em Documentos de Cobrança:** - vinte cinco mil cento e setenta euros e noventa e oito cêntimos. ----

**DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS** -----

**CUSTOS E PERDAS:** -----

- Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas:** - vinte e nove mil oitocentos e cinquenta e oito euros e trinta e cinco cêntimos. -----
- Fornecimentos e Serviços Externos:** - um milhão oitocentos e trinta mil setecentos e treze euros e cinquenta e seis cêntimos. -----
- Custos com o Pessoal:** -----
- **Remunerações:** - Um milhão seiscentos e quarenta mil e cinquenta e cinco euros e oitenta e oito cêntimos. -----
- **Encargos Sociais:** - trezentos e sessenta sete mil seiscentos e oito euros e nove cêntimos. -----
- **Transferências e Subsídios Correntes Concedidos e Prestações Sociais:** - duzentos e setenta e um mil quinhentos e vinte oito euros e sessenta e um cêntimos. -----
- **Amortizações do Exercício:** - Dois milhões oitocentos e treze mil novecentos e sessenta e cinco euros e oitenta e sete cêntimos. -----
- **Provisões do exercício:** vinte e quatro mil cento e oitenta e quatro euros e trinta e seis cêntimos. -----
- **Outros custos e perdas operacionais:** - cinco mil duzentos e quarenta e quatro euros e sessenta e sete cêntimos; -----
- **Custos e Perdas Financeiros:** - cinquenta e seis mil cento e sessenta euros e quarenta e quatro cêntimos.-----
- **Custos e Perdas Extraordinários:** - trezentos e oitenta e seis mil seiscentos e setenta e cinco euros e sessenta e oito cêntimos. -----



**TOTAL DOS CUSTOS E PERDAS:** - sete milhões quatrocentos e vinte cinco mil novecentos e noventa e cinco euros e cinquenta e um cêntimos. -----

**PROVEITOS E GANHOS:** -----

**Vendas e Prestações de Serviços:** -----

**Vendas de Mercadorias:** setenta e três euros e quarenta e oito cêntimos. -----

**Vendas de Produtos:** - duzentos e setenta e cinco mil duzentos e sessenta e nove euros e cinquenta e quatro cêntimos. -----

**Prestações de Serviços:** - duzentos e vinte e nove mil oitocentos e oitenta e um euros e dezoito cêntimos. -----

**Reembolsos e restituições:** setecentos e setenta e três euros e vinte cêntimos negativos. -----

**Impostos e Taxas:** - quatrocentos e oitenta e oito mil seiscentos e quarenta e seis euros e quarenta e dois cêntimos. -----

**Transferências e Subsídios Obtidos:** - quatro milhões cento e setenta e sete mil e trezentos e noventa e dois euros e sessenta e um cêntimos. -----

**Proveitos e Ganhos Financeiros:** - duzentos e três mil trezentos e sessenta e dois euros e quinze cêntimos. -----

**Proveitos e Ganhos Extraordinários:** - quatrocentos e trinta e dois mil quatrocentos e vinte e quatro euros e setenta e três cêntimos. -----

**TOTAL DOS PROVEITOS E GANHOS:** - cinco milhões oitocentos e seis mil trezentos e dezasseis euros e noventa e um cêntimos. -----

**RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO:** - um milhão seiscentos e dezanove mil seiscentos e setenta e oito euros e sessenta cêntimos, (negativos). -----

**EXECUÇÃO ORÇAMENTAL** -----

- **RECEITA COBRADA LÍQUIDA:** seis milhões quinhentos e três mil cento e doze euros e cinquenta e oito cêntimos. -----

- **ENTRADA DE FUNDOS POR OPERAÇÕES DE TESOURARIA:** - trezentos e quarenta e seis mil duzentos e trinta e três euros e vinte e nove cêntimos. -----

- **RECEITA VIRTUAL LIQUIDADADA:** - trezentos e quarenta e sete mil quatrocentos e trinta e quatro euros e quarenta e quatro cêntimos. -----

- **DESPESA EFECTUADA:** - seis milhões quinhentos e dois mil duzentos e três euros e quarenta e seis cêntimos. -----

- **SAÍDA DE FUNDOS POR OPERAÇÕES DE TESOURARIA:** - Trezentos e trinta e três mil duzentos e cinquenta e nove euros e vinte cinco cêntimos. -----

- **RECEITA VIRTUAL COBRADA:** - trezentos e quarenta mil oitocentos e setenta e seis euros e três cêntimos. -----

**BALANÇO** -----

**ACTIVO** -----

**Imobilizado:** -----

**Bens do Domínio Público:** - vinte sete milhões quatrocentos e oitenta e quatro mil seiscentos e sessenta e seis euros e quarenta e seis cêntimos. -----

**Imobilizações Corpóreas:** - quinze milhões setecentos e cinquenta e quatro mil novecentos e dezoito euros e seis cêntimos. -----

**Investimentos Financeiros:** - cento e quarenta e sete mil novecentos e setenta e um euros e sessenta e cinco cêntimos. -----

**Mercadorias:** - mil trezentos e setenta e quatro euros quarenta e oito cêntimos. -----

**Dívidas de Terceiros - Curto Prazo:** - duzentos e noventa e nove mil quatrocentos e trinta e cinco euros e quarenta e tres cêntimos. -----

**Depósitos em Instituições Financeiras:** - Duzentos e trinta e dois mil duzentos e catorze euros e cinquenta e cinco cêntimos. -----

**Caixa:** - mil quatrocentos e dezoito euros e quarenta e seis cêntimos. -----

**TOTAL DO ACTIVO:** - Quarenta e três milhões novecentos e vinte e um mil novecentos e oitenta e nove euros e nove cêntimos. -----

**FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO** -----

**FUNDOS PRÓPRIOS:** -----

**Património:** - Quarenta milhões setenta e seis mil setecentos e setenta euros e noventa e nove cêntimos. -----

**RESULTADOS TRANSITADOS:** - três milhões cento e quarenta e dois mil setecentos e dois euros e cinquenta e cinco cêntimos, (negativos). -----

**RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO:** - um milhão seiscentos e dezanove mil seiscentos e setenta e oito euros e sessenta cêntimos, (negativos). -----

**PASSIVO:** -----

**Dívidas a Terceiros:** -----

- **Médio e Longo Prazos:** - dois milhões duzentos e onze mil trezentos e trinta e dois euros e catorze cêntimos. -----

- **Curto Prazo:** - três milhões quinhentos e onze mil cento e cinquenta e oito euros e sessenta e nove cêntimos. -----

**Acréscimos de custos** – setecentos e sessenta e um euros e vinte cêntimos. -----

**Proveitos Diferidos:** - dois milhões oitocentos e oitenta e quatro mil trezentos e quarenta e sete euros e vinte e dois cêntimos. -----

----- Foram apresentados todos os documentos de prestação de contas, integralmente elaborados, elencados no anexo I da Resolução do Tribunal de Contas, número quatro barra dois mil e um – segunda secção, de doze de Julho, publicada no Diário da República, II série, número cento e noventa e um de dezoito de Agosto de dois mil e um. -----

----- Os referidos documentos encontram-se devidamente arquivados, estando disponíveis para consulta quando para tal forem solicitados. -----

----- Feita a respectiva análise pelos membros presentes, passou-se à discussão dos referidos documentos de gestão. -----

----- Posto à votação foram os mesmos aprovados por maioria, tendo votado contra os vereadores do Partido Socialista. -----

----- Mais deliberou submeter estes valores à aprovação do órgão deliberativo. -----

**RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO:** - A gerência do ano de dois mil e seis apresentou um Resultado Líquido do Exercício no valor de um milhão, seiscentos e dezanove mil, seiscentos e setenta e oito euros e sessenta cêntimos (negativos). -----

----- A Câmara Municipal deliberou, por maioria, aprovar este valor que nos termos do números dois ponto sete ponto três ponto um e, dois ponto sete ponto três ponto dois do POCAL (Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais) aprovado pelo Decreto-Lei número cinquenta e quatro traço A, barra noventa e nove, de vinte e dois de Fevereiro, transitará para Resultados Transitados, após aprovação da Assembleia Municipal, votaram contra os Vereadores do Partido Socialista. -----

----- Mais deliberou submeter este resultado à aprovação do órgão deliberativo. -----

**3.2 – EXECUÇÃO DO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTO – GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ACTIVIDADES MAIS RELEVANTE - ANÁLISE E VOTAÇÃO:** Feita a apresentação pelo senhor Presidente, passou-se à discussão dos documentos de execução anual:

**PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS:** -----

**Montante Previsto:** - Seis milhões novecentos e quarenta mil e oitocentos e cinquenta euros.-

**Montante Executado:** - dois milhões cento e vinte cinco mil quinhentos e cinquenta e três euros e dez cêntimos. -----

**ACTIVIDADES MAIS RELEVANTES:** -----

**Montante Previsto:** - dois milhões quinhentos e quarenta e sete mil e quinhentos e sessenta e euros. -----

**Montante Executado:** - um milhão quatrocentos e oitenta mil trezentos e sete euros e setenta e quatro cêntimos. -----

**GRANDES OPÇÕES DO PLANO:** -----

**Montante Previsto:** - nove milhões quatrocentos e oitenta e oito mil e quatrocentos e dez euros. -----

**Montante Executado:** - três milhões seiscentos e cinco mil oitocentos e sessenta euros e oitenta e quatro cêntimos. -----

----- Postos à votação foram os mesmos aprovados por maioria, tendo votado contra os vereadores do Partido Socialista. -----  
----- Mais deliberou submeter este resultado à aprovação do órgão deliberativo. -----

### 3.3 – OUTROS DOCUMENTOS DA PRESTAÇÃO DE CONTAS – ANÁLISE E VOTAÇÃO:

A Câmara Municipal deliberou, por maioria, tendo votado contra os vereadores do Partido Socialista, aprovar o Inventário do Município, referente ao ano económico de dois mil e seis com os seguintes valores: -----

BENS E DIREITOS: - Quarenta e três milhões novecentos e vinte um mil novecentos e oitenta e nove euros e nove cêntimos. -----

OBRIGAÇÕES: - oito milhões seiscentos e sete mil quinhentos e noventa e nove euros e vinte cinco cêntimos. -----

----- Mais deliberou submeter este resultado à aprovação do órgão deliberativo. -----

### 3.4 – RELATÓRIO DE GESTÃO – APRECIACÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO:

Pelo senhor Presidente foi enviado para análise e discussão o Relatório de Gestão respeitante ao ano de dois mil e seis. -----

----- Após apreciação efectuada pelos membros presentes, passou-se à discussão do referido documento. -----

----- Posto à votação foi o mesmo aprovado por maioria – três votos a favor e dois contra - (votaram contra os senhores vereadores do Partido Socialista). -----

----- Mais deliberou submeter este resultado à aprovação do órgão deliberativo. -----

----- Pelos senhores Vereadores do Partido Socialista, foi apresentada a seguinte declaração de voto: -----

#### DECLARAÇÃO DE VOTO - CONTA DE GERÊNCIA DE 2006 -----

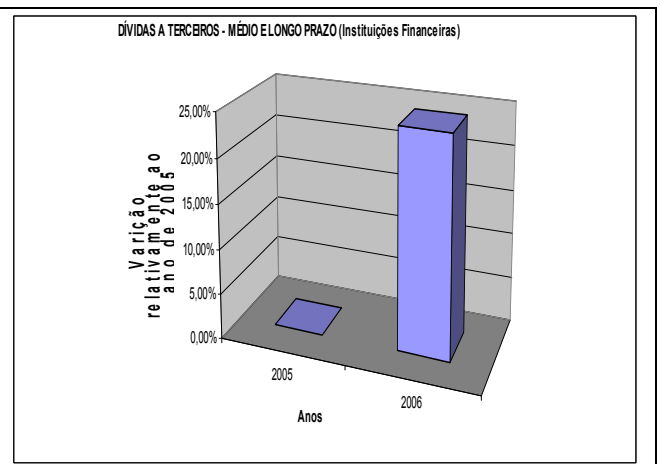
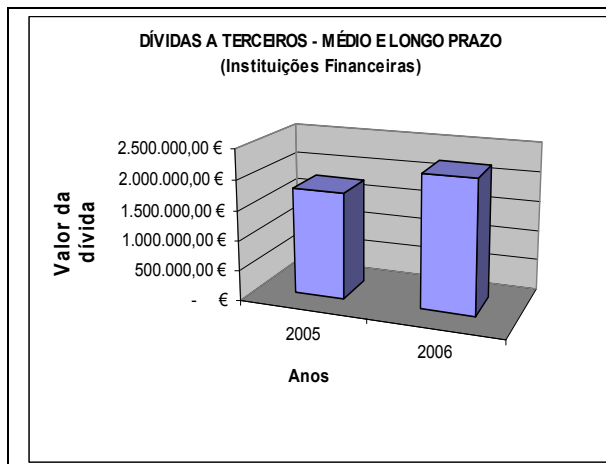
#### ANÁLISE DA CONTA DE GERÊNCIA DE 2006 -----

#### 1- Dívida -----

Após análise das contas consideramos ser o aspecto mais preocupante a situação financeira municipal como iremos demonstrar, através da análise comparativa de diversos parâmetros. -----

#### 1.1- Dívidas a terceiros – Médio e Longo Prazo -----

DÍVIDAS A TERCEIROS - Médio e Longo Prazo (Instituições de crédito)		
Ano	Valor da dívida	Var.%
2005	1.777.895,53 €	0,00%
2006	2.211.332,14 €	24,38%

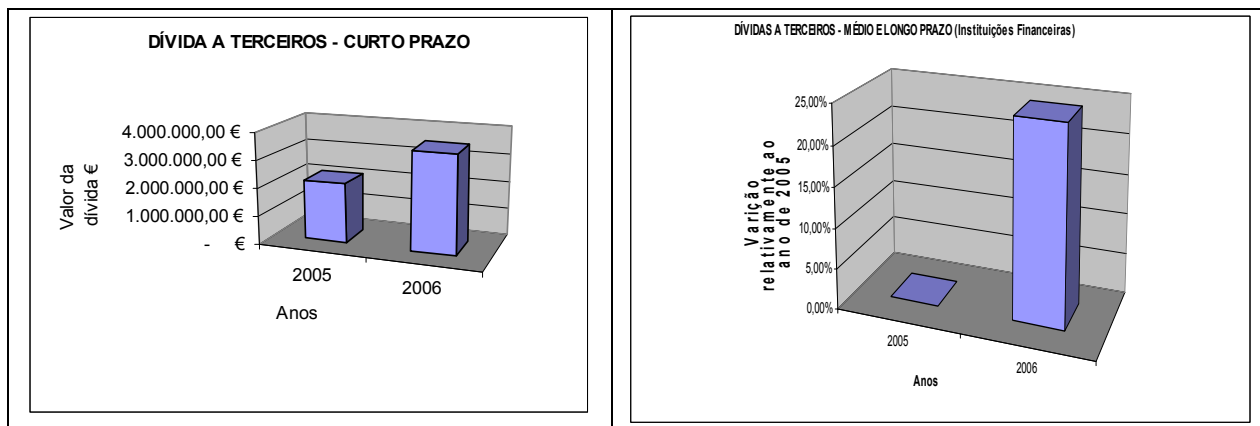


Como é da inteira responsabilidade da actual maioria do PSD da gerência de 2006, consideramos importante compará-la com o ano com a gerência de 2005. Desta análise consta-se que o Município

contraiu todos os empréstimos permitidos por lei, tendo como consequência o aumento de cerca de 24% relativamente à mesma dívida do ano de 2005. -----

**1.2- Dívida a terceiros – Curto Prazo**-----

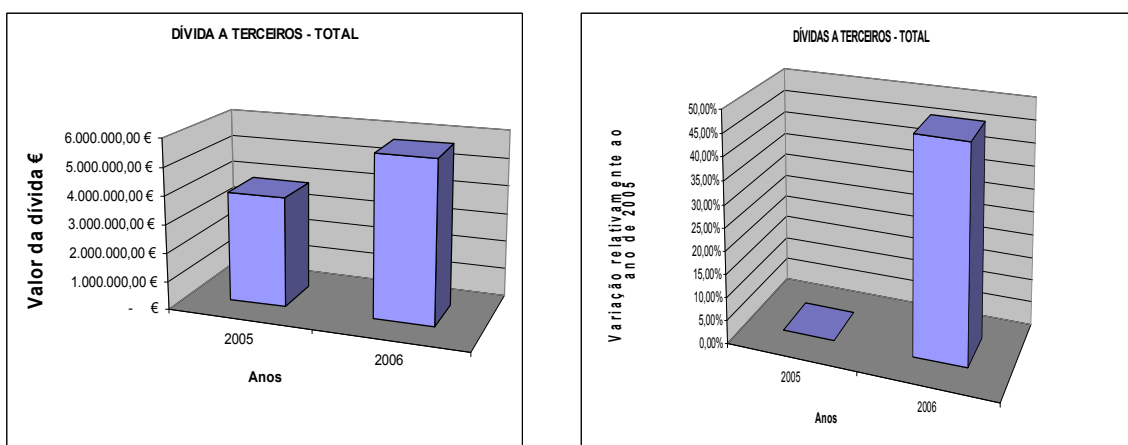
<b>DÍVIDAS A TERCEIROS - Curto Prazo</b>		
Ano	Valor da dívida	Var. %
2005	2.128.274,96 €	0,00%
2006	3.511.158,69 €	64,98%



A verificação dos resultados permite concluir ter havido um descontrolo financeiro, sem qualquer justificação em termos da obra executa, com um aumento em cerca de 65% do valor desta dívida relativamente à dívida do ano de 2005.-----

**1.3- Dívida a terceiros – Total**-----

<b>DÍVIDAS A TERCEIROS - Total</b>		
Ano	Valor da dívida	Var. %
2005	3.906.170,49 €	0,00%
2006	5.722.490,83 €	46,50%



A variação da dívida total segue a tendência do aumento acentuado do endividamento municipal. -----

## 1.4- Capacidade de endividamento – Lei nº 2/2007 de 15/1.-----

## Artigo 37.º

**Limite do endividamento líquido municipal**

1 — O montante do endividamento líquido total de cada município, em 31 de Dezembro de cada ano, não pode exceder 125% do montante das receitas provenientes dos impostos municipais, das participações do município no FEF, da participação no IRS, da derrama e da participação nos resultados das entidades do sector empresarial local, relativas ao ano anterior.

2 — Quando um município não cumpra o disposto no número anterior, deve reduzir em cada ano subsequente pelo menos 10% do montante que excede o seu limite de endividamento líquido, até que aquele limite seja cumprido.

**CAPACIDADE DE ENDIVIDAMENTO LEI Nº2/2007**

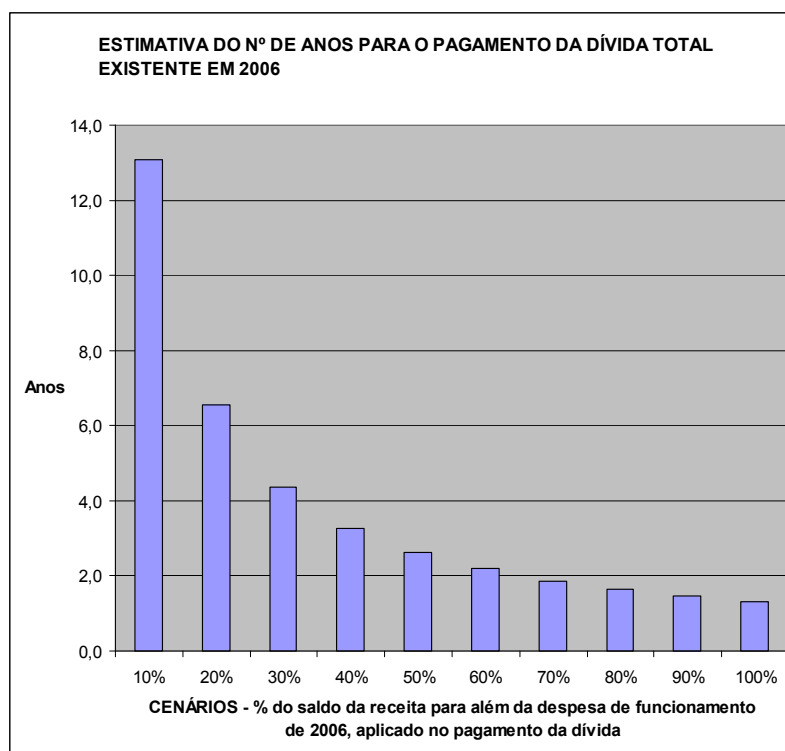
RECEITA	VALOR
IMI-2006	224,595.38 €
IMSV-2006	52,398.25 €
IMT-2006	162,309.80 €
CA-2006	5,130.29 €
SISA-2006	6,380.71 €
Transf. do Orçamento do Estado-2006	3,733,094.00 €
<b>TOTAL</b>	<b>4,183,908.43 €</b>
<b>CAPACIDADE DE ENDIVIDAMENTO LÍQUIDA (1)</b>	<b>5,229,885.54 €</b>
ENDIVIDAMENTO	VALOR
CURTO PRAZO	3,511,158.69 €
MÉDIO E LONGO PRAZO	2,211,332.14 €
ENDIVIDAMENTO ISENTO	402,224.46 €
ACTIVOS	681,040.09 €
<b>TOTAL DO ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO (2)</b>	<b>4,639,226.28 €</b>
<b>% DE UTILIZAÇÃO DA DÍVIDA LÍQUIDA=(2)/(1)</b>	<b>88.71%</b>

Face aos critérios da actual Lei das Finanças Locais, pelo quadro acima, conclui-se que o Município de Penela se encontra no limiar do limite legal da dívida, tendo já esgotado cerca de 89% dessa dívida.-----

## 1.5- Cenários para o pagamento da dívida a terceiros – curto prazo do Município -----

RECEITAS DE 2006 (a)	DESPESAS DE FUNCIONAMENTO DE 2006 (b)	= a-b	DÍVIDA - CURTO PRAZO EM 2006 (c)
6.503.112,58€	3.819.917,35 €	2.683.195,23 €	3.511.158,69 €

CENÁRIOS		ESTIMATIVA DO Nº ANOS PARA PAGAMENTO DA DÍVIDA (c/)
10%	do saldo receita para além da despesa de funcionamento de 2006, aplicado no pagamento da dívida	13,1
20%	do saldo receita para além da despesa de funcionamento de 2006, aplicado no pagamento da dívida	6,5
30%	do saldo receita para além da despesa de funcionamento de 2006, aplicado no pagamento da dívida	4,4
40%	do saldo receita para além da despesa de funcionamento de 2006, aplicado no pagamento da dívida	3,3
50%	do saldo receita para além da despesa de funcionamento de 2006, aplicado no pagamento da dívida	2,6
60%	do saldo receita para além da despesa de funcionamento de 2006, aplicado no pagamento da dívida	2,2
70%	do saldo receita para além da despesa de funcionamento de 2006, aplicado no pagamento da dívida	1,9
80%	do saldo receita para além da despesa de funcionamento de 2006, aplicado no pagamento da dívida	1,6
90%	do saldo receita para além da despesa de funcionamento de 2006, aplicado no pagamento da dívida	1,5
100%	do saldo receita para além da despesa de funcionamento de 2006, aplicado no pagamento da dívida	1,3

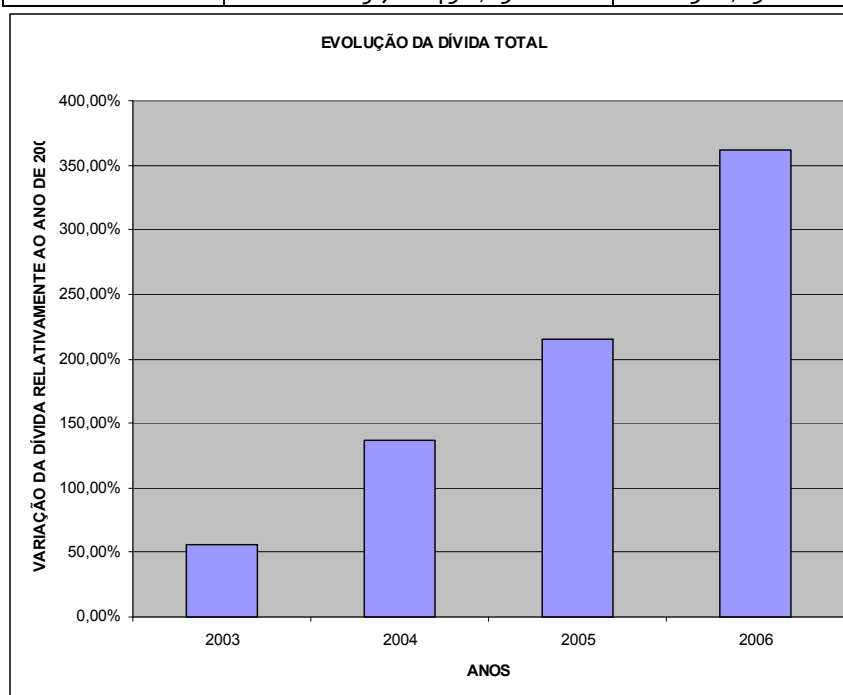


Da análise dos cenários possíveis para o pagamento da dívida de curto prazo, por ser uma dívida sem contratualização do prazo para pagamento, conclui-se que se a sua redução fosse de 10% ao ano, necessitava-se de cerca de 13 anos para a sua liquidação, no oposto se se pretendesse pagar a dívida no menor espaço de tempo, já seriam necessários cerca de um ano, mas para isso o Município teria apenas de resumir a sua actividade à despesa de funcionamento, com graves prejuízos para o desenvolvimento do concelho. -----

#### 1.6- Evolução da dívida ao longo dos últimos anos. -----

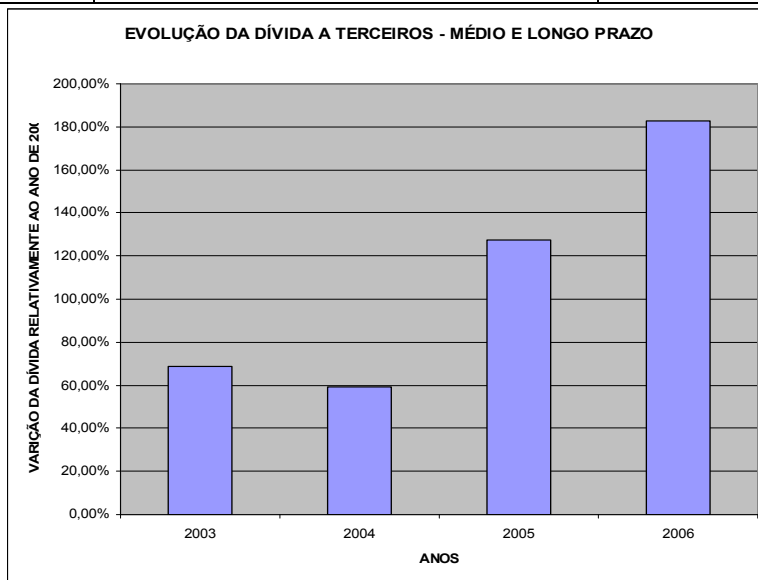
EVOLUÇÃO DA DÍVIDA			
Ano	Dívida a terceiros - Médio e Longo Prazo	Dívida a terceiros - Curto Prazo	Dívida Total
2002	782.172,29 €	456.913,36 €	1.239.085,65 €
2003	1.317.485,05 €	612.599,33 €	1.930.084,38 €
2004	1.243.339,23 €	1.686.266,00 €	2.929.605,23 €
2005	1.777.895,53 €	2.128.274,96 €	3.906.170,49 €
2006	2.211.332,14 €	3.511.158,69 €	5.722.490,83 €

Ano	Dívida total	Var%
2002	1.239.085,65 €	0,00%
2003	1.930.084,38 €	55,77%
2004	2.929.605,23 €	136,43%
2005	3.906.170,49 €	215,25%
2006	5.722.490,83 €	361,83%

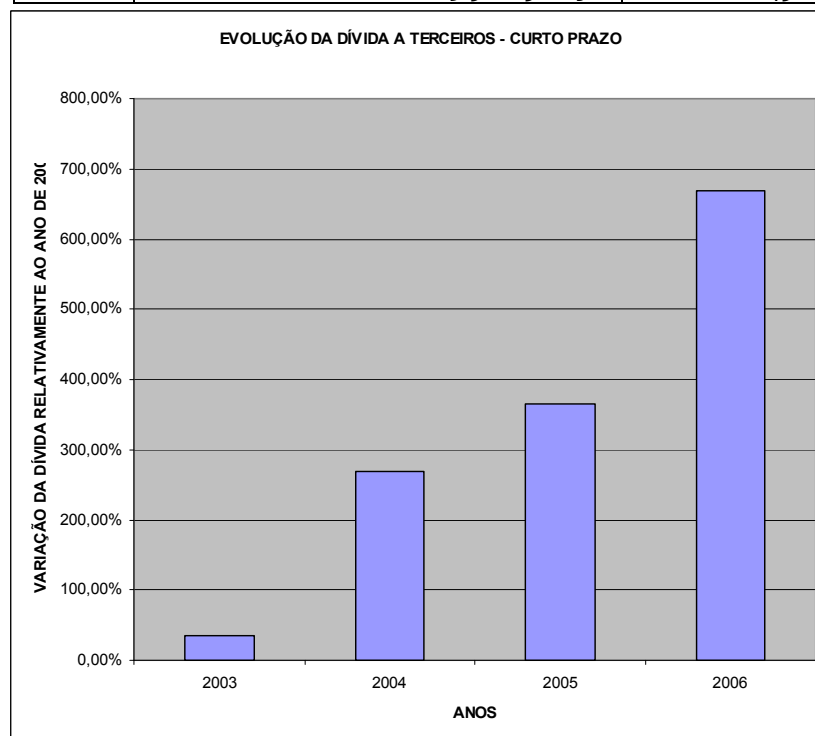


O crescimento da dívida tem seguido um crescimento exponencial, atingindo no ano de 2006 o valor de cerca de 362%, face ao endividamento do ano de 2002. -----

Ano	Dívida a terceiros -Médio e longo prazo	Var%
2002	782.172,29 €	0,00%
2003	1.317.485,05 €	68,44%
2004	1.243.339,23 €	58,96%
2005	1.777.895,53 €	127,30%
2006	2.211.332,14 €	182,72%



Ano	Dívida a terceiros - Curto prazo	Var%
2002	456.913,36 €	0,00%
2003	612.599,33 €	34,07%
2004	1.686.266,00 €	269,06%
2005	2.128.274,96 €	365,79%
2006	3.511.158,69 €	668,45%

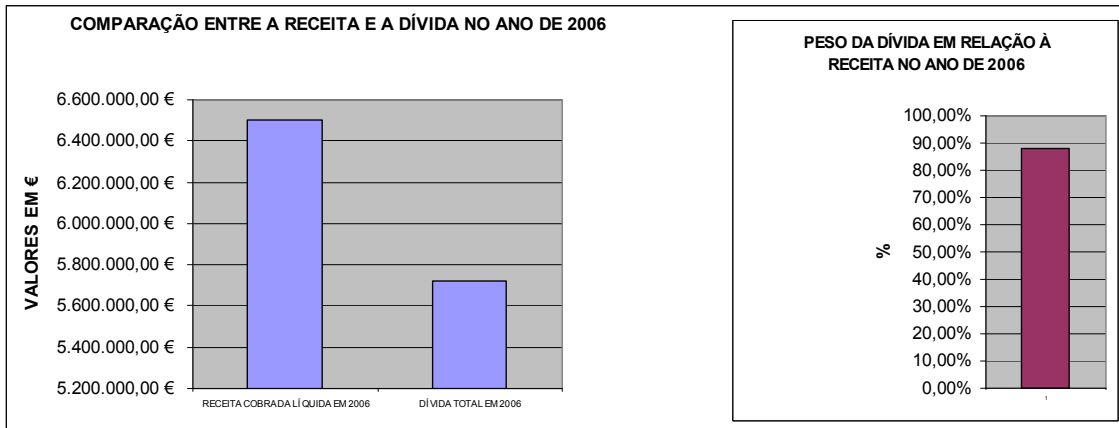




Da subdivisão da dívida, resulta que a de curto prazo tem vindo a sofrer um acentuadíssimo crescimento, nomeadamente nos anos de 2004, 2005 e 2006, tendo-se atingido o crescimento em 2006 de 668,45%, face ao ano de 2002.-----

**1.7- Peso da dívida**-----

RECEITA COBRADA LÍQUIDA EM 2006	6.498.760,16 €
DÍVIDA TOTAL EM 2006	5.722.490,83 €
PESO DA DÍVIDA	88,06%



Verifica-se que o peso da dívida relativamente à receita, representa cerca de 88%. -----

**1.8- Conclusão**-----

Do diagnóstico efectuado à situação financeira do Município, efectuada pelos vereadores do Partido socialista, conclui-se que a situação é altamente preocupante, que, a não ser atalhada a política despesista seguida a partir do ano de 2004, irá resultar na diminuição da capacidade do aproveitamento dos fundos comunitários. Consideramos que a maioria PSD, não teve a capacidade de aproveitar o ano de 2006, para reduzir o nível da dívida de curto prazo, bem pelo contrário a mesma sobe cerca de 65%, relativamente ao ano anterior, sem que se veja obra. Concluímos portanto que este aumento foi consumido em despesa corrente fazendo a actual gestão municipal lembrar "algumas comissões de festas que gastam todo o dinheiro em foguetes e no fim só ficam com as canas". -----

**2- Controlo orçamental**-----

**2.1- Receita**-----

Constata-se do documento que a execução orçamental da receita líquida foi de 6 498 760.16€, que representa cerca de 50% da receita estimada no orçamento para 2006.-----

**2.2- Despesa**-----

Constata-se igualmente do documento em apreço que a execução orçamental da despesa se situou em 6 503 112.58€ e que representa cerca de 50 % da despesa estimada no orçamento de 2006.-----

Pode verificar que até final do ano de 2006 os compromissos assumidos representam 11 610 777,83€, dos quais 5 108 574,37€ transitaram para exercícios futuros, conjugado com o nível da dívida de curto prazo, irá ter como consequência a limitação no desempenho municipal nos próximos anos, nomeadamente ao nível do próximo quadro comunitário de apoio.-----

**3- Relatório de Gestão**-----

Este documento deve ter um cariz mais político do que técnico, devendo justificar o critério e os resultados do desempenho no ano de 2006. O documento em análise tem uma incidência mais técnica do que política.-----

Consideramos estar espelhado neste documento a falta da uma estratégia definida para o município da actual maioria PSD, parecendo querer ir a todas, mas como bem diz o ditado com a sabedoria popular "quem muitos burros toca, algum ficam para trás", julgamos por isso, que já tarde uma estratégia clara para o Município, sabendo que se terão de escolher opções. -----

**4- Grandes Opções do Plano**-----

Da análise dos documentos verifica-se que a taxa de execução anual das GOP, foi de 38%, resultado bastante modesto face ao crescimento da dívida de curto prazo.-----

Na subdivisão das GOP, verifica-se igualmente que a taxa de execução do Plano Plurianual de Investimentos foi de 30.62%, sendo que a taxa de execução anual das Actividades Mais Relevantes foi 58.11% e que poderá ser considerada a despesa corrente na estrutura das Grandes Opções do Plano. -

**ENCERRAMENTO:** - Nada mais havendo a tratar, sendo treze horas, o Senhor Presidente declarou encerrada a reunião, tendo sido aprovada esta acta em minuta. -----

A Câmara Municipal,

\_\_\_\_\_  
(Paulo Jorge Simões Júlio)

\_\_\_\_\_  
(António Manuel Mendes Lopes)

\_\_\_\_\_  
(José Carlos Fernandes Reis)

\_\_\_\_\_  
(Luís Manuel Francisco Filipe)

\_\_\_\_\_  
(António José Santos Antunes Alves)

O Chefe de Repartição,

\_\_\_\_\_  
(Maria Leonor Santos Carnoto)